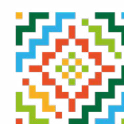
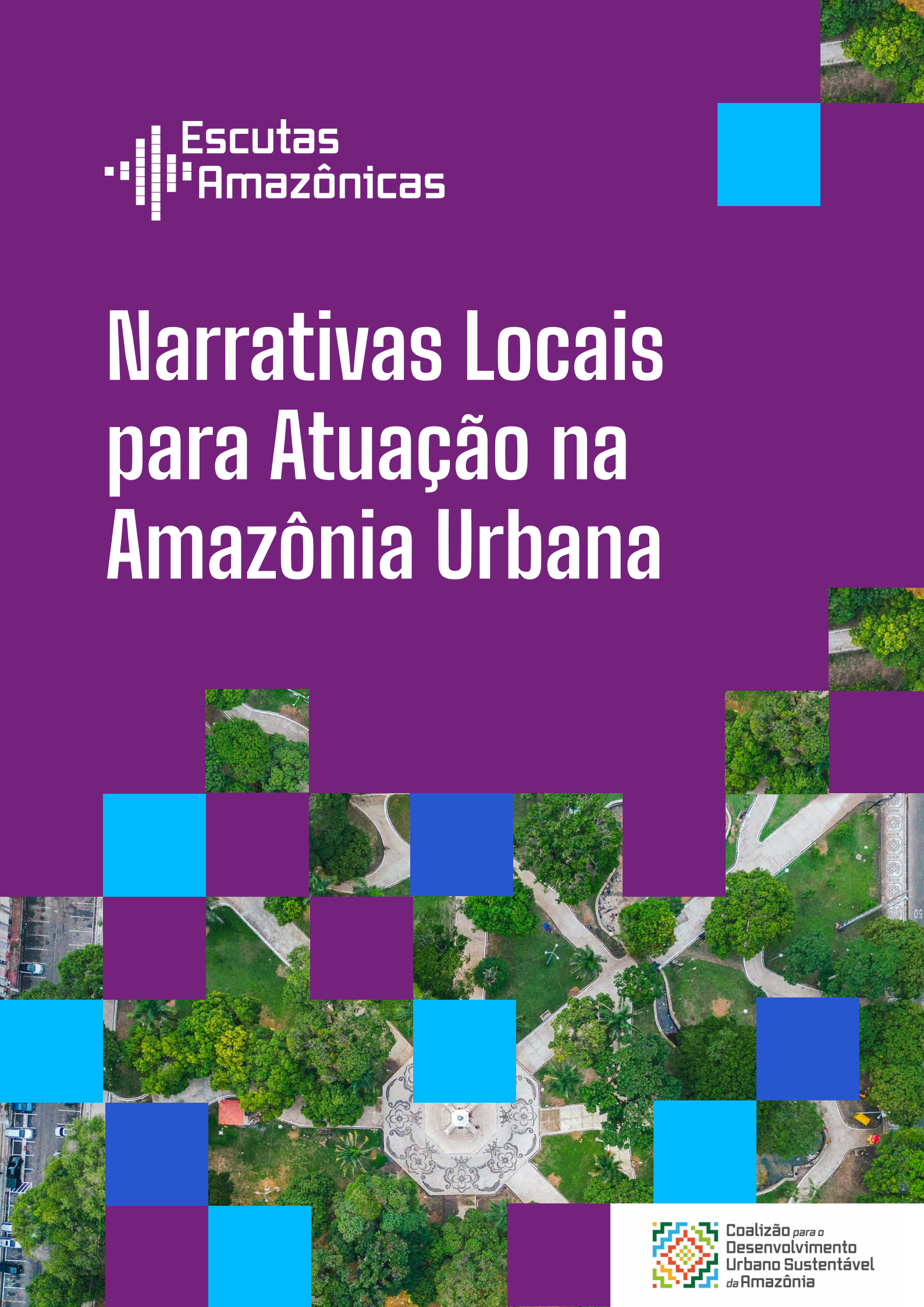




Narrativas Locais para Atuação na Amazônia Urbana



Coalizão para o
Desenvolvimento
Urbano Sustentável
da Amazônia

Realização

Coalizão para o Desenvolvimento Urbano Sustentável da Amazônia (DUSA)
Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FNP)
Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH
WRI Brasil
Associação Brasileira de Municípios (ABM)
Pacto Global de Prefeitos pelo Clima e a Energia (GCoM)
Instituto Alziras
Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM)
Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS)
Laboratório da Cidade
Grupo de Pesquisa Urbana/UFPA
Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR)
Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)
Ministério das Cidades (MCID)

Equipe DUSA – GT Escutas Amazônicas

Juliane Medeiros
Letícia Mamedes
Rogério Gutierrez
Taís Furtado Pontes
Yara Martinelli

Expediente

Essa publicação foi elaborada pela Alter Conteúdo no âmbito do Projeto ANDUS, um projeto em parceria com Ministério das Cidades (MCID), o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e o Ministério Federal do Meio Ambiente, Proteção da Natureza, Segurança Nuclear e Proteção ao Consumidor (BMUKN) da Alemanha como parte da Iniciativa Internacional para o Clima (IKI). É implementado pela Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH no contexto da Cooperação Brasil-Alemanha.

Coordenação editorial

Kelly Lima e Andréia Lago

Redação e Edição

Andréia Lago

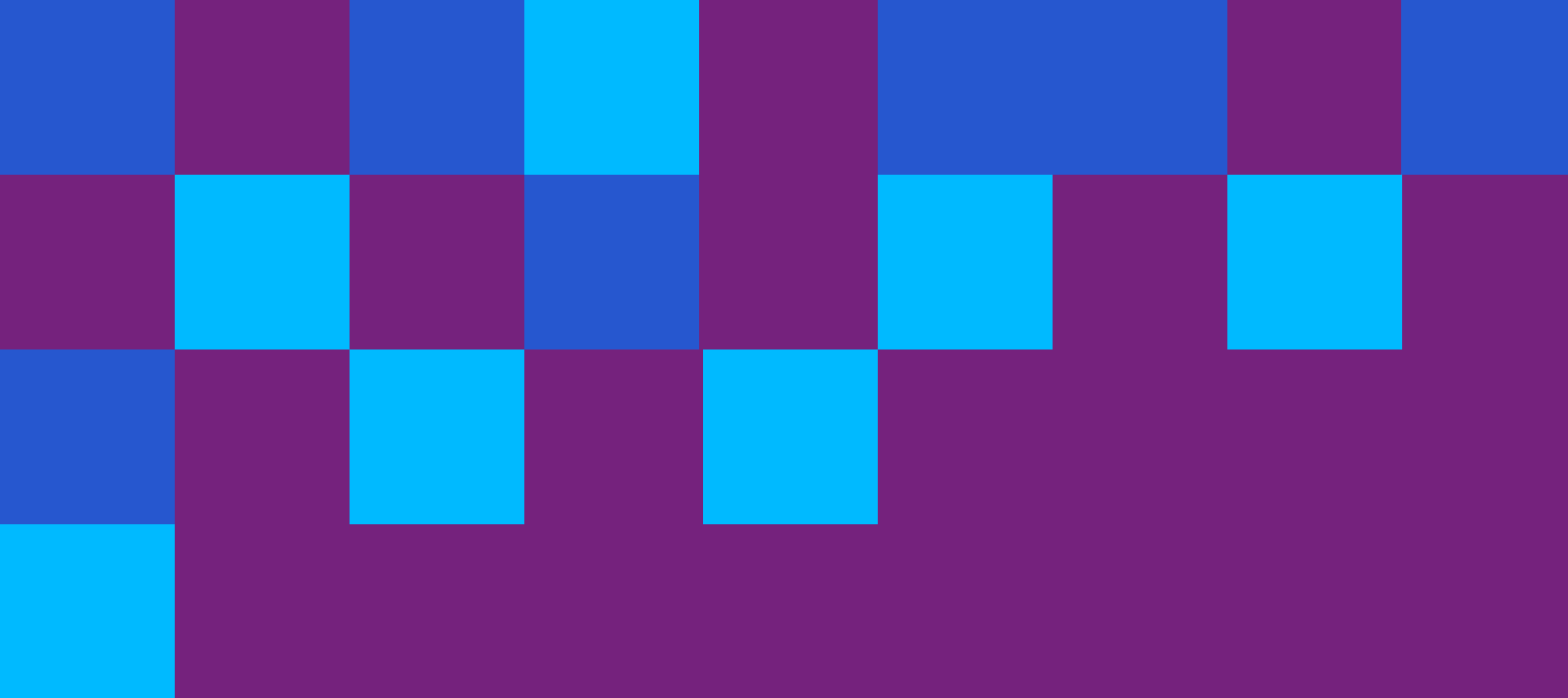
Projeto Gráfico e Diagramação

Gustavo Teixeira e Letícia Nascimento

Créditos das imagens

Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FNP)

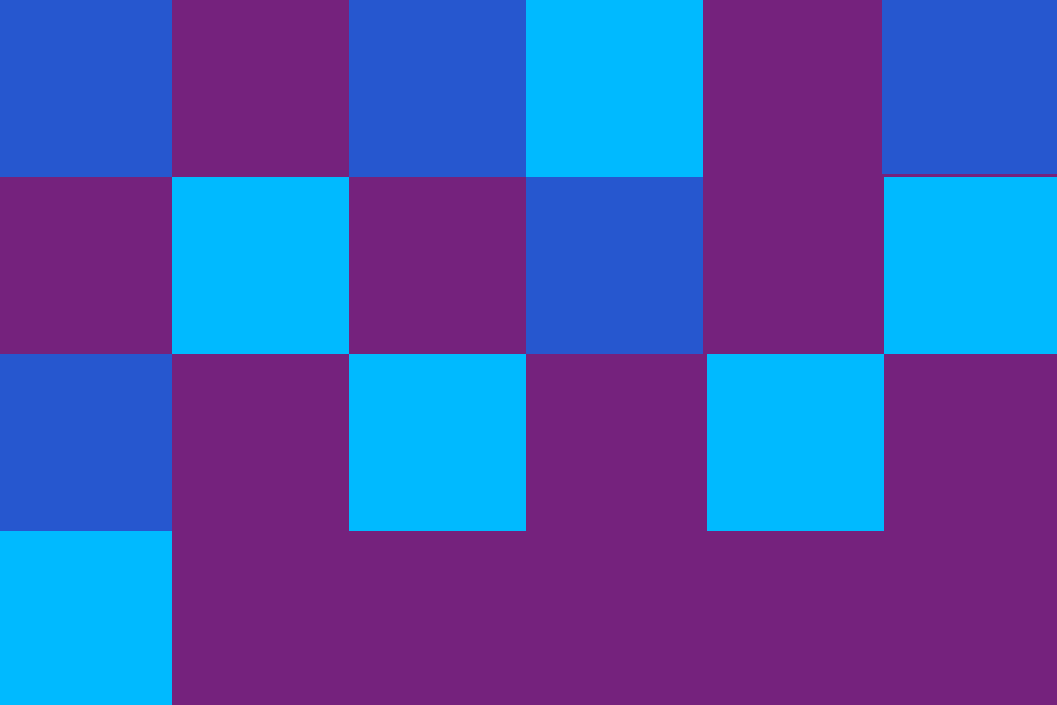




Coalizão *para o*
Desenvolvimento
Urbano Sustentável
da Amazônia



Escutas
Amazônicas



Recado da Secretaria Executiva

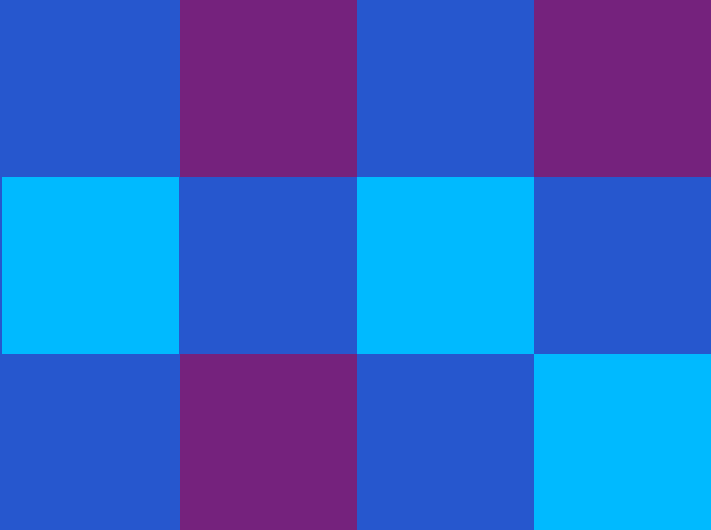
Por que ouvir faz toda a diferença?

Muito se fala sobre a necessidade de “dar voz” a territórios periféricos, sejam eles bairros das nossas cidades ou regiões inteiras dentro do nosso País. Esses lugares, que carecem de infraestrutura, acesso a serviços e políticas públicas, são muitas vezes tomados por áfonos - algo sem som, mudo ou que não emite som, é um termo usado para descrever um som, uma voz ou até uma palavra que não tem a força de pronúncia ou entonação característica, não produzindo som audível - ao não serem considerados por quem toma as decisões, e são, ainda assim, indiretamente responsabilizados pelas consequências de uma negligência imposta a eles.

A Amazônia Legal representa 59% do território nacional, e ainda assim é considerada uma região periférica de um Brasil que segue muito projetado para o Atlântico. Tama- nha Amazônia não só tem voz, como desde sempre grita suas fortalezas e suas angústias para quem queira ouvir. E onde estão as vozes da Amazônia? 76% delas estão nas cidades.

O que foi feito no processo de “Escutas Amazônicas” não foi “dar voz”, mas sim oferecer uma escuta atenta, ouvir algumas dessas vozes para guiar a atuação da Co- alizão DUSA, e para trazer esta pequena publicação para as mãos dos governos federal e estaduais, das novas li- deranças municipais, dos gestores públicos e de quem queira ouvir o entendimento que amazônidas têm do de- senvolvimento urbano sustentável de sua própria região.

Uma escuta ativa
faz toda a diferença,
porque é escutando
quem vive, trabalha
e estuda nas
amazônias urbanas
que podemos
desenvolver cidades
mais inclusivas,
sustentáveis e
resilientes dentro e
fora da Amazônia.



Prefácio

As Amazônia são territórios de diversidade, potência e urgência. É onde se encontram as florestas que equilibram o clima do planeta, as águas que conectam comunidades e cidades, e as pessoas que sustentam modos de vida e de convivência milenares, e suas sociobiodiversidades. Ouvir as vozes amazônicas é o primeiro passo para construir políticas públicas que façam sentido no território — políticas que partam do chão amazônico, de suas florestas, povos, culturas, de seus rios e das cidades que crescem às suas margens.

As Escutas Amazônicas surgem como um convite e um compromisso: compreender o desenvolvimento urbano sustentável a partir das perspectivas de quem vive e transforma as Amazônia. Por meio da Coalizão para o Desenvolvimento Urbano Sustentável da Amazônia (DUSA), unimos esforços entre governos, instituições, sociedade civil, academia e lideranças locais para dar materialidade a um novo pacto pelo desenvolvimento urbano, climático e socioambiental da região.

O resultado dessas escutas revela que o futuro das Amazônia se constrói com diálogo, participação, interculturalidade, integração e corresponsabilidade. É nas cidades amazônicas, onde vivem mais de 70% da população regional, que os desafios da floresta se encontram com os desafios urbanos, de garantia de direitos, de produção, de inclusão, de desenvolvimento. Por isso, o desenvolvimento sustentável da Amazônia exige planejamento, governança participativa, soluções baseadas na natureza e políticas públicas alinhadas às necessidades e demandas locais, que reconheçam a diversidade de suas realidades e a vontade de suas populações.

Esta publicação é fruto de um processo coletivo que reafirma o compromisso da Coalizão DUSA com a Amazônia viva, justa e sustentável, onde as políticas ambientais, urbanas e de desenvolvimento regional caminham lado a lado. Que estas vozes ecoem até a COP30, inspirando novas alianças e ações concretas em prol do bem viver amazônico e do equilíbrio climático global.

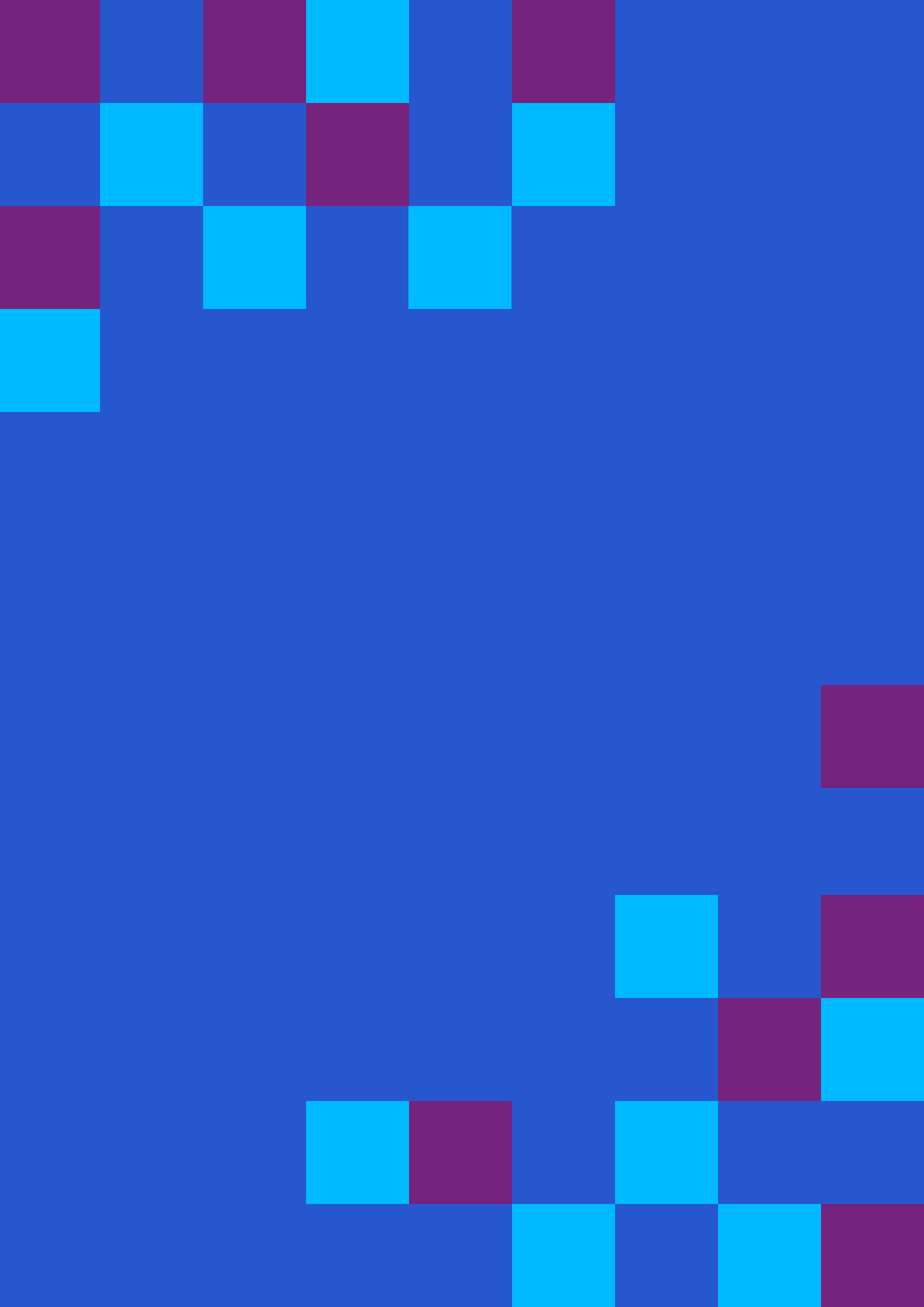


Marina Silva

Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Jader Filho

Ministro das Cidades



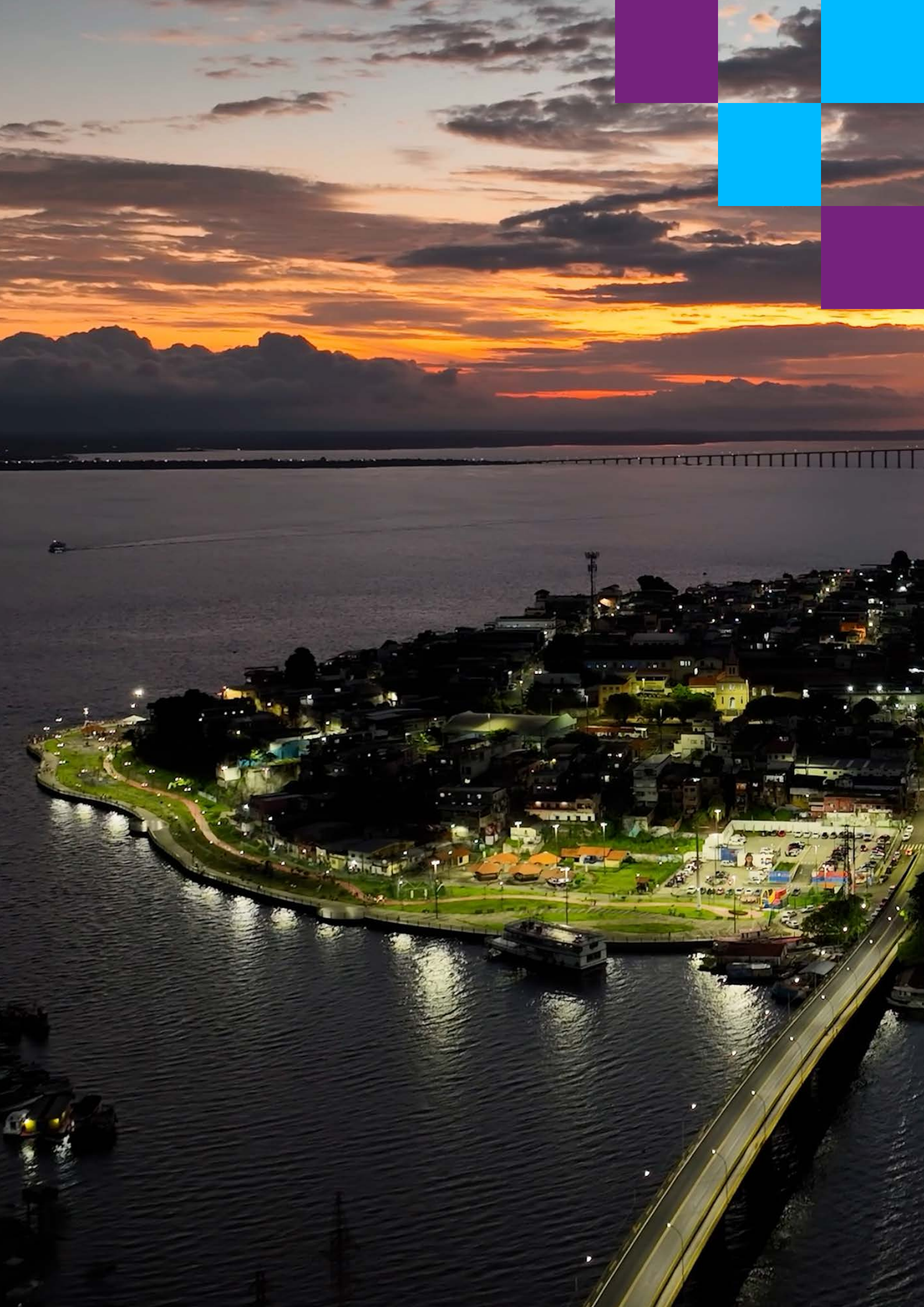
Sumário

1. As Amazônias Urbanas	12
2. Sobre a Coalizão – DUSA	18
3. Sobre as Escutas Amazônicas	21
4. Eixos Temáticos	
4.1 Cidades, Ciência e Tecnologia e Bioeconomia: integração entre desenvolvimento urbano sustentável e sociobiodiversidade da Amazônia	28
4.2 Infraestrutura urbana sustentável nas Amazônias: integração entre soluções verdes e azuis resilientes e específicas para o território amazônico	35
4.3 Combate à fome, às desigualdades e proteção dos direitos socioambientais e territoriais na Amazônia: diálogos com o desenvolvimento urbano	47
4.4 Governança e Participação: as diversas frentes e atores da agenda urbana nas Amazônias	52
4.5 Eixo integrado - Escuta presencial durante o G20	61
5. Encontro de Prefeitas e Prefeitos da Amazônia Legal	70
6. Reflexões e Próximos Passos	74
7. Agradecimentos	77

“

“Não podemos ter uma coalizão pelo desenvolvimento urbano sustentável da Amazônia sem escutar e tentar integrar as organizações, a academia e os demais atores da região amazônica. Estas escutas são um primeiro movimento para ouvir o que esses atores e organizações entendem por desenvolvimento urbano sustentável. Em um segundo momento, nosso objetivo é que esse movimento gere um processo de aproximação desses atores para integrar a coalizão.”

Daniel Miranda, coordenador de Relações Institucionais
e Projetos da Frente Nacional de Prefeitos (FNP)

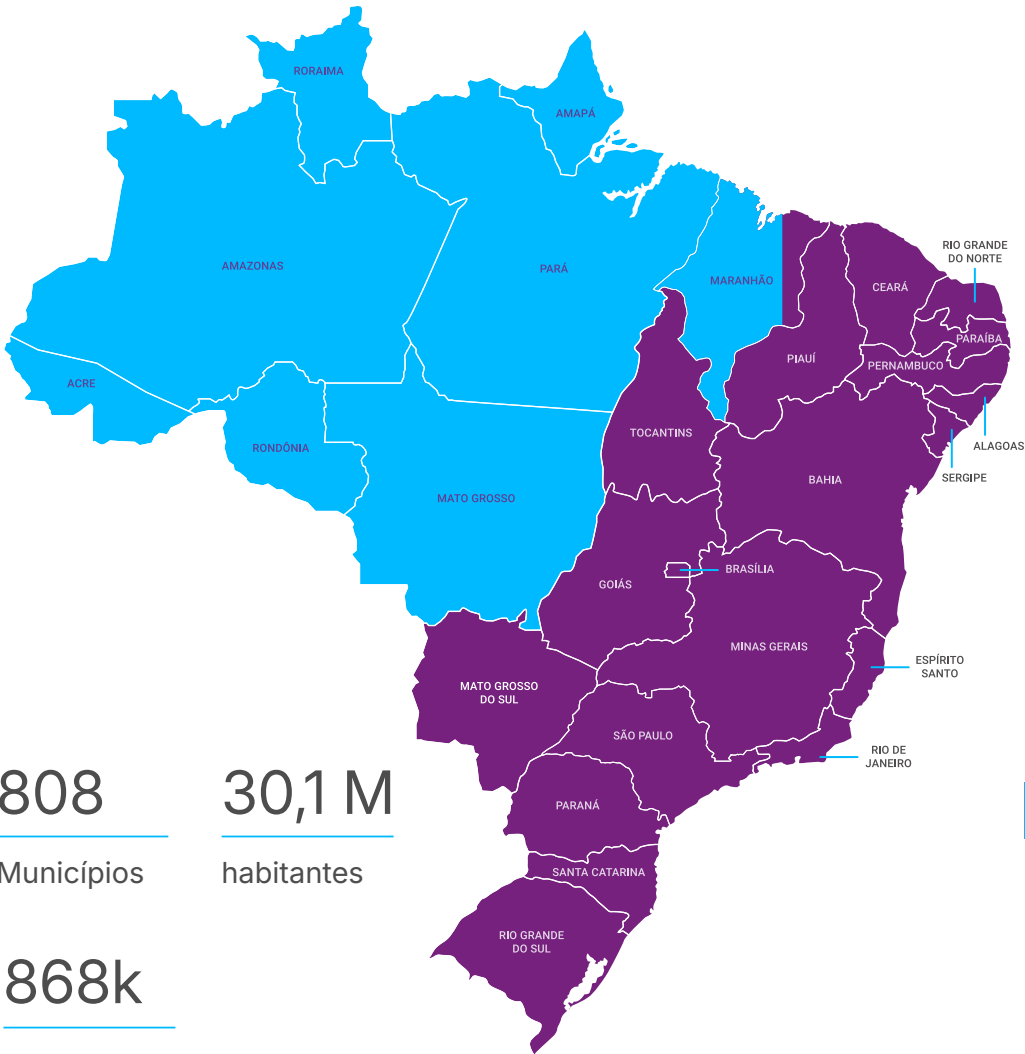




AMMA ZÔNIA

8,5 milhões de m²
em 9 países
62% no Brasil

A Amazônia Legal Brasileira



09

Estados

808

Municípios

30,1 M

habitantes

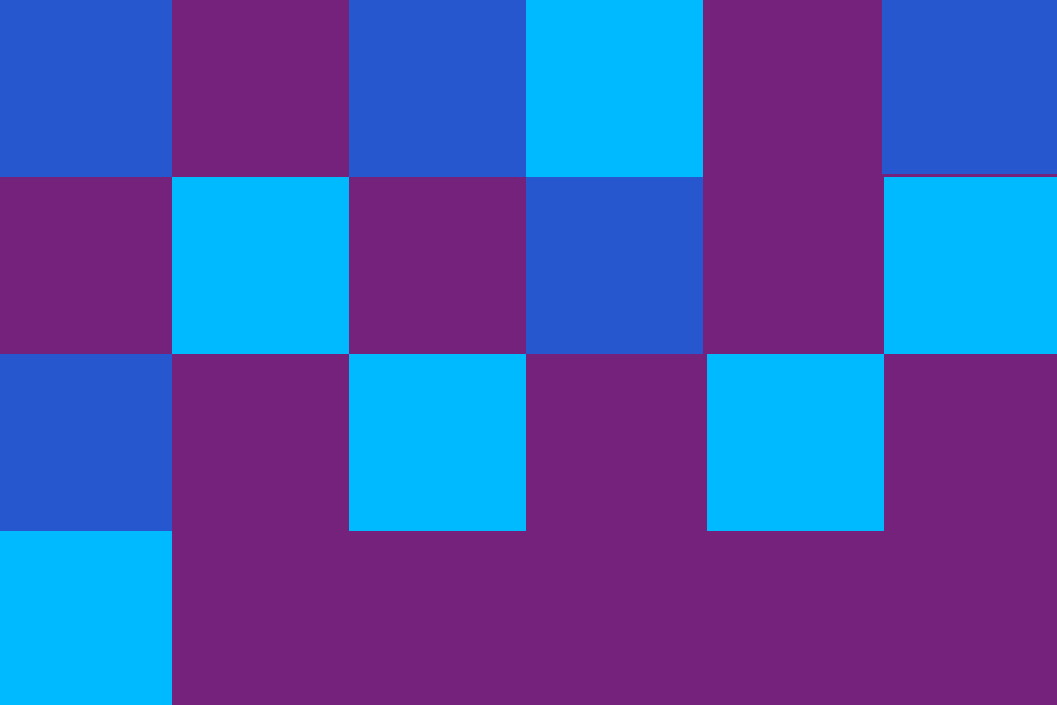
59%

do território nacional

868k

Indígenas
(51,2% do total no Brasil)

Estado	População (habit)	Participação (% total regional)
Pará	8,98 mi	29,9
Maranhão	7,28 mi	24,0
Amazonas	4,28 mi	14,2
Mato Grosso	3,63 mi	12,1
Rondônia	1,86 mi	6,2
Tocantins	1,64 mi	5,5
Acre	925,4 mil	3,1
Amapá	914,7 mil	3,0
Roraima	620,1 mil	2,1



01.

As Amazônias Urbanas

Cerca de 30 milhões de brasileiros vivem na Amazônia Legal, quase 15% da população do país. É uma população em expansão: em 2012, eram 26,6 milhões de habitantes na mesma região.

A ideia de um território tão vasto e a baixa densidade demográfica podem sugerir que o crescimento populacional tenha menos impacto do que em regiões mais densamente povoadas. Mas a verdade é que diversos municípios da Amazônia Legal tiveram taxas explosivas de crescimento populacional nos últimos anos e a própria densidade demográfica na região passou de 5,3 para 5,9 habitantes por quilômetro quadrado.

Essa população está distribuída em 808 municípios, alguns com uma verdadeira explosão demográfica. Canaã dos Carajás, no Pará, teve a maior expansão de habitantes entre as 5.570 cidades brasileiras: passou de 26,7 mil habitantes no Censo de 2010 para 77 mil habitantes no Censo de 2022. Isso equivale a um aumento de 188% no número de habitantes. Dentre as capitais, Manaus ganhou mais 216 mil habitantes em apenas dois anos, entre o Censo de 2022 e o fim de 2024.

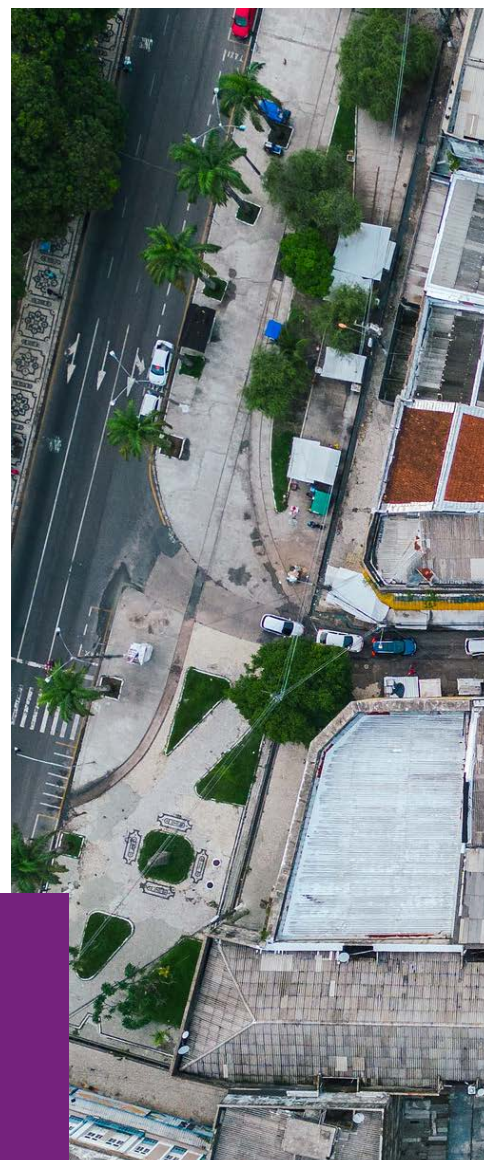
Essa Amazônia urbana representa uma superfície irrisória da área total de 5 milhões de quilômetros quadrados da Amazônia Legal. O paradigma desafiador é que essa Amazônia Urbana equivale a 15% dos municípios brasileiros, e é nessas localidades que se concentram 76% da população da região. O que esses números nos dizem é que a grande maioria da população amazônida é urbana, e deveriam ser suficientes para nos lembrar que a perspectiva das cidades é tão importante quanto a da floresta. É nas cidades dessa Amazônia urbana que vivem as pessoas.

500 MIL

foi o aumento
populacional em apenas
3 cidades da Amazônia
Legal - Manaus, Boa Vista
e Parauapebas (PA) -
entre os Censos 2010 e
2022

Ao mudar a perspectiva da floresta para as cidades, nos confrontamos com diferentes realidades que impossibilitam rotular este território como uma única Amazônia urbana. E essa diversidade exige abordagens diferenciadas para o desenvolvimento urbano, considerando as particularidades de cada território.

O reconhecimento do chamado Fator Amazônico — conceito recentemente incorporado em proposta de lei (PL nº 1660/2024) — reforça a necessidade de políticas públicas que considerem os custos adicionais de atuar na Amazônia. Distâncias continentais, baixa densidade populacional, carência de infraestrutura e sazonalidade climática tornam mais onerosas e complexas as ações de desenvolvimento urbano, social e ambiental na região. Ao reconhecer formalmente essas especificidades, o Fator Amazônico propõe corrigir desigualdades históricas e criar bases mais justas para o planejamento de cidades amazônicas sustentáveis.



Os maiores desafios para o desenvolvimento urbano na Amazônia concentram-se, ainda hoje, na falta de infraestrutura básica, como saneamento e acesso à água potável, a precariedade fundiária e a pressão de grandes empreendimentos, como mineração e agronegócio



Ao olharmos para o **Índice de Progresso Social (IPS)** no mapa do Brasil, a desigualdade no atendimento às necessidades humanas básicas, fundamentos do bem-estar e oportunidades de quem vive na Amazônia Legal é evidente: os 20 municípios com os menores índices de progresso social estão todos na região.

Municípios com menores pontuações no IPS Brasil em 2025

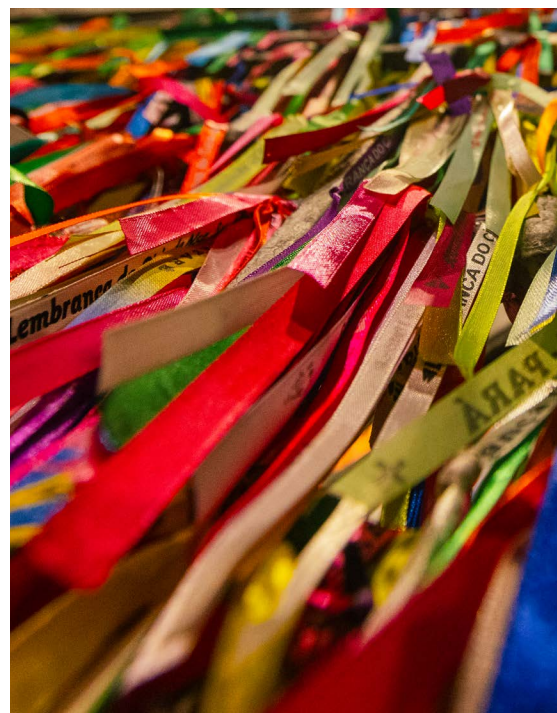
MUNICÍPIO	UF	IPS BRASIL 2025
Uiramutã	RR	37,59
Jacareacanga	PA	40.04
Amajari	RR	40,95
Bannach	PA	40,99
Alto Alegre	RR	41,07
Trairão	PA	42,08
Pacajá	PA	42,86
Portel	PA	43,35
São Felix do Xingu	PA	43,33
Anapu	PA	43,39
Camaru do Norte	PA	43,55
Japorã	MS	43,98
Uruará	PA	44,19
Santa Rosa do Purus	AC	44,25
Feijó	AC	44,39
Santana do Araguaia	PA	44,55
São João do Araguaia	PA	44,57
Marajá do Sena	MA	44,92
Peritoró	MA	45,18
Santa Maria das Barreiras	PA	45,18

Um dos temas que melhor retrata a desigualdade nas condições de vida, o acesso à água de qualidade e saneamento básico ainda é um dos maiores desafios para quem vive nas Amazonas Urbanas. O cenário de precariedade pode ser observado no Ranking de Saneamento Básico 2025 do Instituto Trata Brasil. Baseado em dados de 2023, o ranking aponta que 58% dos 50 municípios brasileiros com o pior saneamento básico do país estão na Amazônia. À exceção de Boa Vista, a lista inclui todas as capitais da região.

Além disso, a região enfrenta problemas como a favelização e a desigualdade social, que impactam diretamente a qualidade de vida das populações urbanas. Segundo dados do último Censo, Belém e Manaus têm mais da metade de seus domicílios em favelas e comunidades.

A Amazônia é palco de conflitos socioambientais, que se refletem no dia-a-dia das cidades da região, como a disputa por terras, a exploração ilegal de recursos naturais e a violação de direitos territoriais de povos indígenas e comunidades tradicionais. Esses conflitos são agravados pela falta de políticas públicas que considerem as especificidades locais e pela ausência de mecanismos eficazes de governança participativa.

Paradoxalmente, quem vive na região nas Amazonas Urbanas - um dos maiores hotspots de biodiversidade do planeta - convive com níveis críticos de qualidade do meio ambiente. Os resultados mais negativos do componente Qualidade do Meio Ambiente do IPS Brasil 2025 estão nos municípios situados no arco do desmatamento da Amazônia Legal. Em geral, estão em áreas que enfrentam perdas significativas de cobertura florestal, supressão de vegetação secundária, emissões expressivas de Gases de Efeito Estufa (GEE) e cobertura vegetal insuficiente nas áreas urbanas.



29

dos 50 municípios
brasileiros com pior
saneamento básico estão
na Amazônia Legal

Fonte: Instituto Trata Brasil

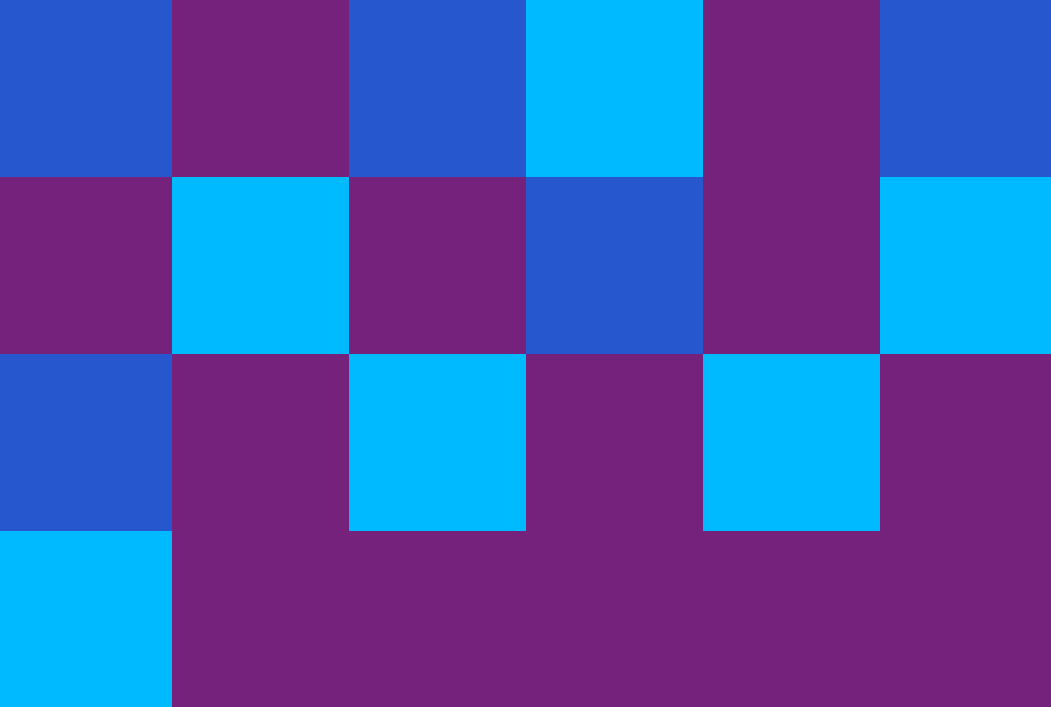


No contexto das mudanças climáticas, o aumento da temperatura e a poluição do ar têm sido agravados pelo excesso de queimadas na região, com as populações amazônicas respirando fumaça intensa durante vários meses do ano. As alterações no regime hidrológico têm colocado em xeque as áreas mais vulneráveis, antes adaptadas aos ciclos naturais. Os conhecimentos e tradições ancestrais que até agora permitiram à população viver em harmonia com os ciclos naturais de cheia e vazante, chuva e estiagem, estão sendo impactados pelas mudanças do clima e desafiando a sobrevivência de populações tradicionais.

Os rios e igarapés, que garantem não apenas o acesso às localidades, mas também o alimento para as populações tradicionais, têm sofrido secas cada vez mais severas, o que tem inviabilizado a navegação em muitos deles. Em paralelo, as cheias têm se intensificado e muitas cidades têm ficado inteiramente submersas durante vários meses do ano.

O desenvolvimento urbano sustentável das cidades amazônicas é enfraquecido pela falta de visão quanto às especificidades da urbano-diversidade que a compõem e que a diferenciam das demais cidades do país. É necessário que essas diferenças sejam compreendidas e priorizadas pelo poder público e parceiros e endereçadas na alocação e distribuição de recursos, na formulação de políticas de planejamento urbano.

Ferramenta efetiva para o enfrentamento dos desafios nas cidades amazônicas, o planejamento urbano e territorial não é amplamente explorado: 51% dos municípios da região ainda não têm um Plano Diretor. Além disso, as pequenas equipes técnicas municipais enfrentam sobrecarga de demandas de territórios enormes que chamam a atenção de investidores nacionais e internacionais.



02.

Sobre a Coalizão DUSA

A Coalizão para o Desenvolvimento Urbano Sustentável da Amazônia (DUSA) é uma iniciativa da Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FNP), GIZ Brasil (por meio do Projeto ANDUS) e WRI Brasil, em conjunto com a Associação Brasileira de Municípios (ABM), o Pacto Global de Prefeitos pelo Clima e a Energia (GCoM), Instituto Alziras, Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS), Laboratório da Cidade, Grupo de Pesquisa Urbana/UFPA e os Ministérios da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e das Cidades (MCID).

Seu propósito é fortalecer a presença e o protagonismo das cidades amazônicas na agenda nacional de políticas públicas urbanas. Diante dos desafios únicos da região, marcada por profundas desigualdades sociais, vulnerabilidades climáticas e déficits estruturais, e de suas gigantes potências e sociobiodiversidades, a DUSA articula diversos atores em torno de uma visão comum: promover o desenvolvimento urbano sustentável e resiliente, em harmonia com a preservação das florestas e das ciências e modos de vida locais.

A Coalizão DUSA parte do reconhecimento de que a Amazônia é tanto um bioma essencial para o equilíbrio climático global quanto um território urbano em transformação. Com mais de 70% da população da Amazônia Legal vivendo em áreas urbanas, torna-se urgente enfrentar questões como a precariedade do saneamento, o acesso desigual à moradia, a informalidade urbana, os impactos das mudanças climáticas e a carência de infraestrutura. Assim, a Coalizão DUSA afirma que o desenvolvimento sustentável das Amazonas passa, necessariamente, por suas cidades.

Objetivos da Coalizão DUSA

A Coalizão DUSA atua para fortalecer as agendas amazônicas de desenvolvimento urbano sustentável, com foco em cinco frentes principais:



Formulação de agendas comuns e fortalecimento da articulação política entre lideranças municipais;



Implementação de instrumentos e de políticas públicas urbanas adequadas aos contextos amazônicos, com foco em gestão territorial, inclusão social e resiliência climática;



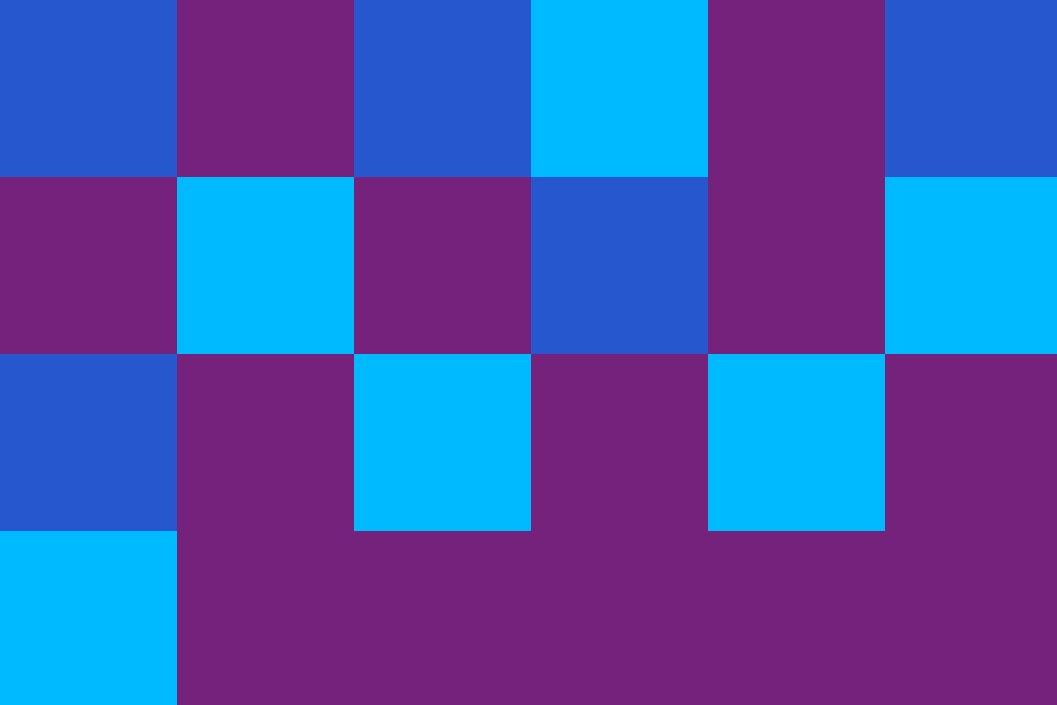
Produção e disseminação de conhecimento e inteligências urbanas amazônicas, valorizando ciências e saberes locais e promovendo soluções baseadas em evidências;



Incidência técnica e política para a construção de políticas nacionais sensíveis às realidades amazônicas;



Articulação de atores relevantes no território, fortalecendo redes colaborativas em níveis local, regional e nacional.



03.

Sobre as Escutas Amazônicas

A iniciativa Escutas Amazônicas, promovida pela Coalizão para o Desenvolvimento Urbano Sustentável da Amazônia (DUSA), teve como objetivo central promover espaços de escuta ativa e engajada a pessoas, territórios, organizações, empresas, agentes públicos e políticos amazônidas. Cada eixo trouxe objetivos específicos, direcionados a temas considerados centrais para escutar e aprender, com atores locais, sobre os desafios, potencialidades, ações em curso, lições aprendidas, lacunas e boas práticas de municípios e cidades dos diversos contextos amazônicos.

Assim, o propósito das escutas foi aprender e compreender modelos de desenvolvimento urbano sustentável pensados e praticados, criando uma plataforma segura e colaborativa para o compartilhamento de saberes. Além disso, a realização das Escutas tornou-se uma oportunidade para o fomento de parcerias entre instituições atuantes nas Amazônias, a partir do engajamento de muitos atores e de processos de escuta mútua e articulação.



Objetivos das Escutas Amazônicas



Mapear e aprender com modelos de desenvolvimento urbano formulados a partir das experiências, ciências e saberes amazônicos;



Promover diálogos interinstitucionais para articular visões sobre os caminhos de urbanização na região, além de espaços para trocas de boas práticas, projetos e lições aprendidas;



Fomentar estratégias de atuação conjunta, com base em conhecimentos já existentes no território e em experiências bem-sucedidas.



Agenda das Escutas Amazônicas

09/10/2024

Infraestrutura urbana sustentável

VIRTUAL

16/10/2024

Governança e participação

VIRTUAL

23/10/2024

Combate à fome, desigualdades e direitos socioambientais

VIRTUAL

16/11/2024

Encontro no G2 Social- Eixo Integrado

PRESENCIAL

04/12/2024

Cidades, ciência, tecnologia e bioeconomia

VIRTUAL

11/12/2024

Encontro de todos os Eixos - Eixo Integrado

VIRTUAL

23/04/2025

Encontro de Prefeitas e Prefeitos da Amazônia Legal: Caminhos para a COP30

PRESENCIAL

As Escutas Amazônicas representaram um momento de grande relevância para a Coalizão DUSA, pois possibilitaram ampliar a compreensão coletiva sobre os desafios e potencialidades do território amazônico. As contribuições provenientes desse diálogo são fundamentais para a formulação de agendas urbanas regionais que reflitam as especificidades socioambientais das Amazônias e fortaleçam a incidência política durante e após a COP30.

Realizadas em diferentes momentos e formatos, as escutas buscaram consolidar conhecimentos mais profundos sobre as dinâmicas urbanas das Amazônias, seus desafios e as potencialidades, para avançar agendas de desenvolvimento e sustentabilidade que respeitem e valorizem as sociobiodiversidades locais e promovam iniciativas e ações integradas, justas, climaticamente engajadas e territorializadas.

As escutas foram organizadas a partir de eixos temáticos estratégicos definidos em conjunto com as organizações que compunham, à época, a Coalizão DUSA. Os eixos estabelecidos foram: integração de ciências, tecnologia e bioeconomia, o combate à fome e desigualdades, a infraestrutura urbana sustentável e a governança participativa.

Esses temas pautaram seis encontros, reuniões virtuais e presenciais realizados entre outubro e dezembro de 2024. Todas as rodadas foram moderadas por parceiros/as que compõem a Coalizão, com relatorias sistematizadas e participação de lideranças comunitárias, representantes de instituições acadêmicas, sociedade civil, gestores públicos dos três níveis de governo e especialistas locais.

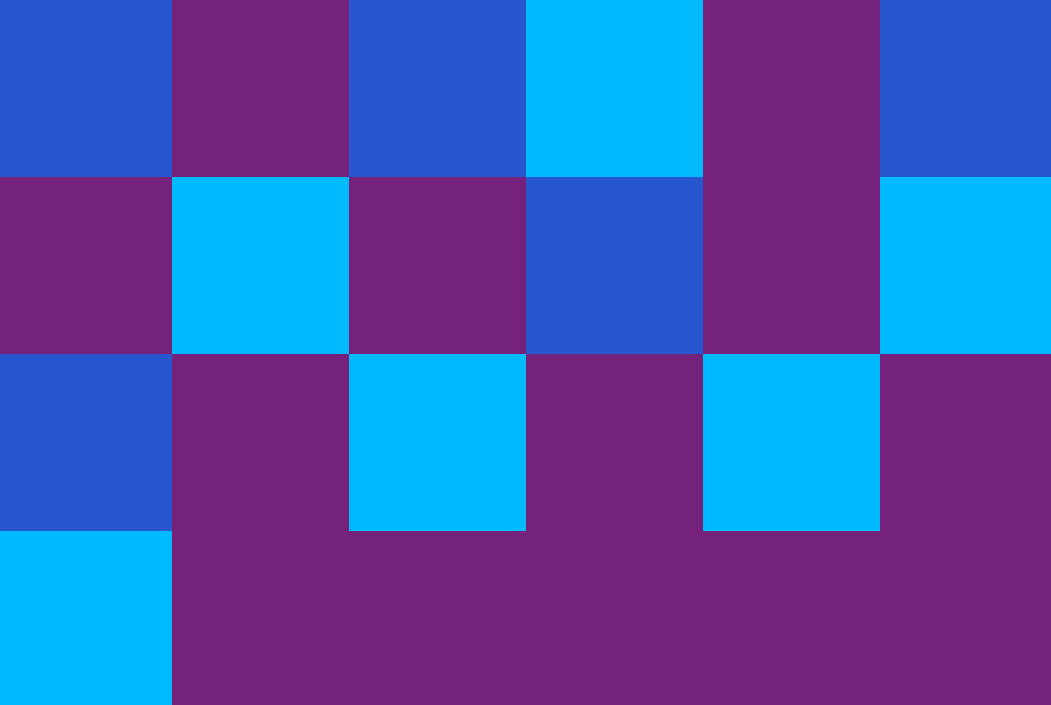
As escutas seguiram a metodologia de grupo focal, técnica de pesquisa que gera dados por meio de interação entre participantes de um grupo a respeito de um tema determinado. O grupo de discussão possibilita captar pontos de instabilidade e discordância, negociação de significados, liderança.



O processo culminou no Encontro de Prefeitas e Prefeitos da Amazônia Legal: Caminhos para a COP30, realizado em abril de 2025, em Belém (PA). O encontro reuniu cerca de 100 pessoas, entre representantes de governos locais, do nível estadual e federal, organizações da sociedade civil, pesquisadores e instituições com atuação na região.

O objetivo deste esforço sistemático foi construir um panorama dos aprendizados, boas práticas e diretrizes compartilhados por vozes de distintas realidades amazônicas. O encontro final permitiu validar os achados e ampliar as reflexões, com direcionamento para a COP30, selando o objetivo de fundamentar o trabalho da Coalizão DUSA com base nas perspectivas de quem vive, trabalha e transforma o território das Amazônias.





04.

**Eixos
Temáticos**

As escutas foram estruturadas em torno de algumas perguntas-chave, pensadas para dar suporte às interações nos grupos sem restringir ou enrijecer as contribuições.

? Perguntas-chave

- Como você definiria o desenvolvimento urbano sustentável “no contexto amazônico”?
- O que o diferencia de outras regiões do país?
- Quais os principais objetivos e prioridades do desenvolvimento urbano na sua região da Amazônia?



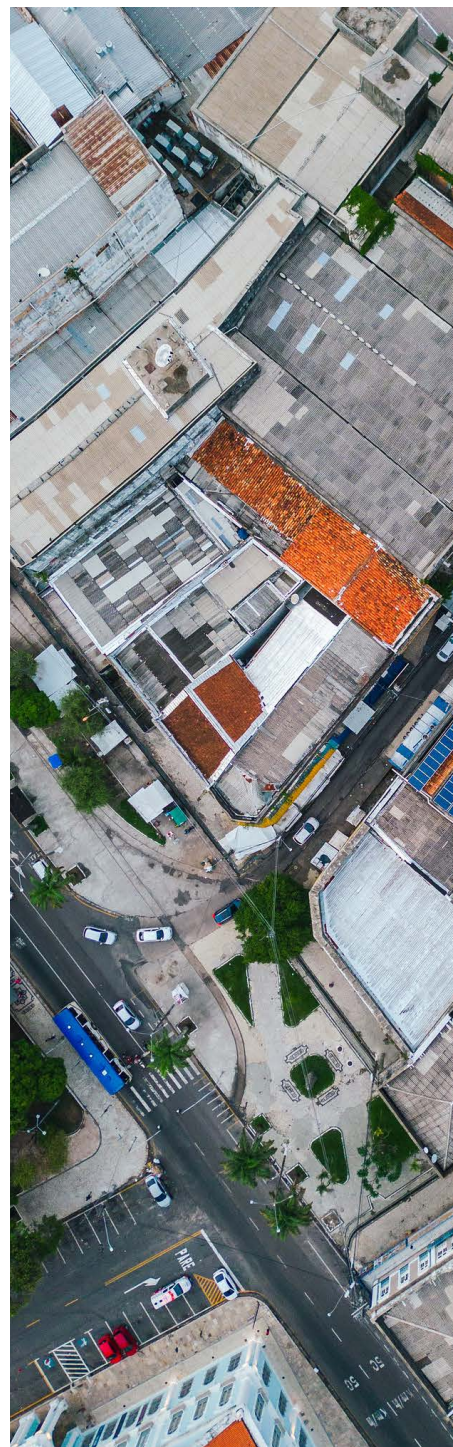
4.1 Cidades, Ciência e Tecnologia e Bioeconomia

Este eixo aborda como a ciência, tecnologia e bioeconomia podem impulsionar o desenvolvimento urbano sustentável nas Amazônias, promovendo a proteção e a valorização da sociobiodiversidade. O propósito é compreender como as cidades amazônicas podem promover inovações no planejamento urbano, integrar as ciências e práticas tradicionais e impulsionar uma bioeconomia inclusiva e produtiva.

A escuta destacou a complexidade do desenvolvimento urbano sustentável na Amazônia, a importância de integrar ciência, tecnologia e bioeconomia, a necessidade de valorizar os conhecimentos tradicionais e a sociodiversidade local. Também apontou a necessidade de enfrentar os desafios logísticos e de desigualdade social na região, sempre considerando a Amazônia como um território com múltiplas realidades e interconexões entre o urbano e o rural.

Aprendemos sobre a impossibilidade de planejar cidades ignorando que rios são vias, alimento, cultura e memória; e que a logística, a mobilidade e o cotidiano se estruturam sobre a água. As escutas mostraram que integrar ciência e tecnologia com ciências tradicionais e bioeconomias territoriais só ganha sentido quando orientado pela sociobiodiversidade, pela repartição justa de benefícios e por arranjos de governança que coloquem povos indígenas, quilombolas e comunidades locais como coautores das soluções.

Na prática, isso implica conectar políticas urbanas a cadeias socioprodutivas de base florestal, fortalecer capacidades de gestão territorial (como a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI) e criar instrumentos para transformar pesquisa em política pública com impacto concreto no bem viver urbano.





Participantes

- Ellen Acioli, Especialista Setorial Amazônia na Unidade de Coordenação Amazônia do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)
- Cristine Rescarolli, Bióloga - Coordenadora de Projetos da Amazônia B
- Jorge Porto, Chefe de Gabinete no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA)



Principais tópicos discutidos

Biopirataria e Repartição Justa de Benefícios



ainda são incipientes os mecanismos que evitem o extrativismo de conhecimentos tradicionais e assegurem a repartição justa dos benefícios;

Escutamos que:



as economias indígenas e quilombolas estão centradas na soberania alimentar, não apenas em recursos financeiros;



há iniciativas, como o programa “Parentas que Fazem” (projeto da Fundação Amazônia Sustentável (FAS) com apoio do Google para qualificar e apoiar financeiramente mulheres indígenas na Amazônia), para apoiar organizações de mulheres indígenas;



instituições como o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA seguem protocolos rigorosos para aprovação de pesquisas que são fundamentais para o fortalecimento da produção de conhecimento baseados no bioma amazônico.

“

“Nós temos diversas Amazônia dentro desse nosso bioma. Não dá para dizer que o Estado do Pará é a mesma coisa que o do Amazonas, assim como o do Amazonas não é a mesma coisa que o do Amapá, que não é igual ao de Roraima, que não é igual ao de Rondônia e que não é igual ao do Acre. Nós temos que saber reconhecer isso.”

32

Jorge Porto, Chefe de Gabinete no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA)





Ciência, Tecnologia e Bioeconomia no Planejamento Urbano

Escutamos que:

➤ uso de ciência e tecnologia pode ser aplicado em diferentes áreas do planejamento urbano, incluindo inovações em saneamento básico e mobilidade urbana, infraestrutura verde, biotecnologia urbana e ferramentas geoespaciais de suporte ao planejamento territorial;

➤ sociobioeconomia foi apresentada como oportunidade para conectar áreas urbanas e rurais e atuar como uma estratégia de adaptação climática, aproveitando os recursos naturais de maneira sustentável;

➤ a alta centralização de recursos em capitais e falta de infraestrutura básica em pequenos municípios são desafios a serem superados;

➤ ausência de dados e a informalidade das atividades vinculadas à bioeconomia dificultam o dimensionamento dessa economia e a formulação de políticas voltadas para a expansão de empregos e a capacitação profissional;

a criação de monoculturas, ainda que de produtos locais como o açaí, preocupa porque gera dependência econômica e ambiental.

A importância dos Rios no Desenvolvimento Urbano

Escutamos que:

➤ os rios da Amazônia representam elemento estruturante e distintivo do território, moldando modos de vida, formas de mobilidade e relações entre cidade e natureza;

➤ é necessário planejar hidrovias de forma integrada e participativa, respeitando os modos de vida e os direitos das comunidades ribeirinhas;

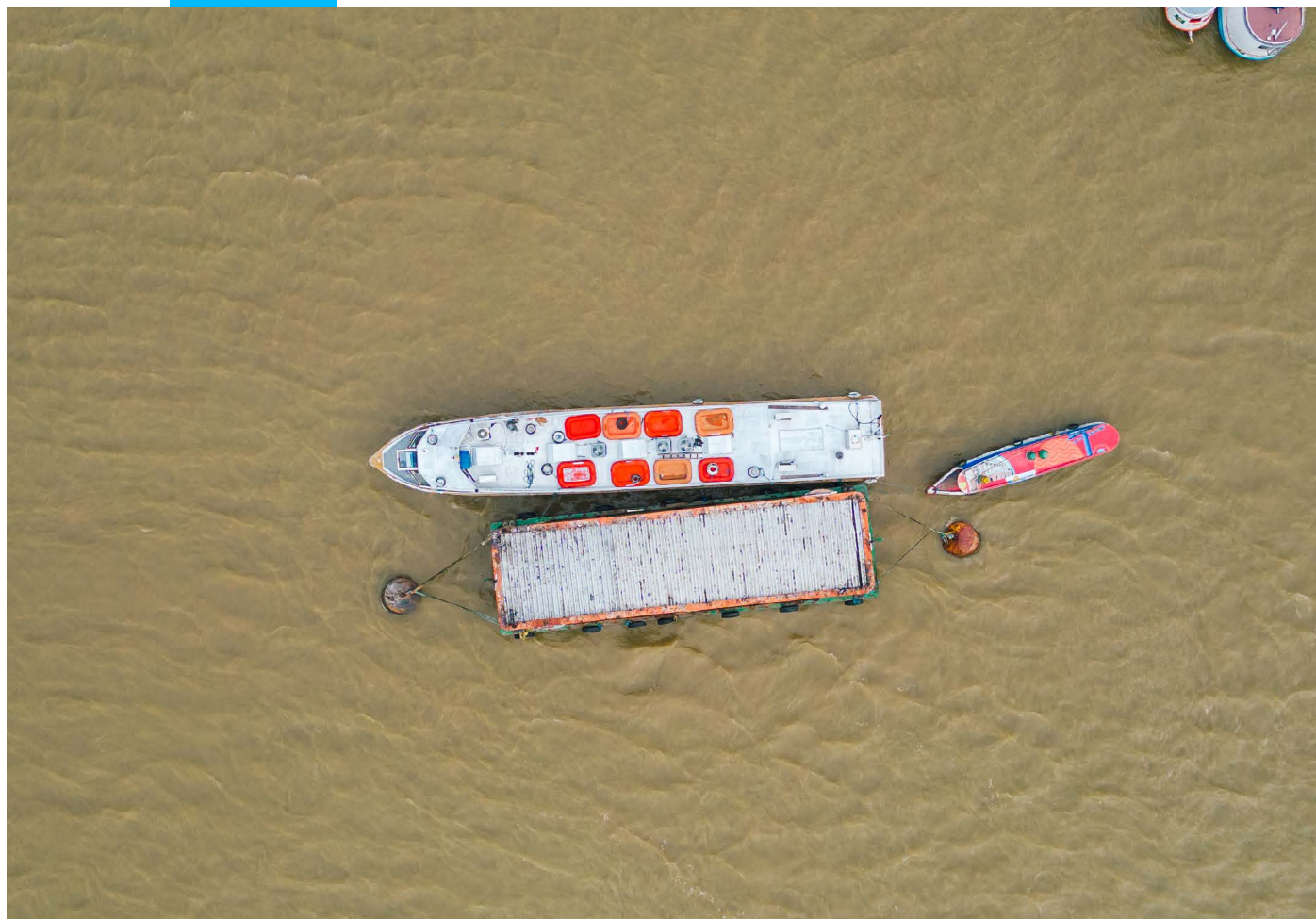
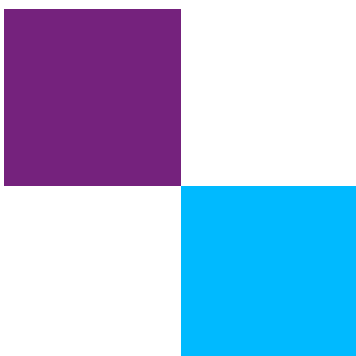
➤ as comunidades têm uma relação vital com os rios, que são fonte de transporte, alimentação e renda e requerem manejo sustentável;

➤ o sistema hidroviário amazônico tem uma responsabilidade única, que é garantir mobilidade e integração sem comprometer os serviços ecossistêmicos.

Economia Urbana e Empregabilidade na Amazônia

Escutamos que:

- Algumas capitais amazônicas centralizam grande parte da população estadual, atuando como cidades-estado com alta concentração populacional, econômica e do PIB, com um grande número de microempresas e trabalhadores informais e com muitas atividades econômicas sazonais;
- a população tem capacidade de adaptação a diferentes atividades econômicas;
- desafios logísticos e de segurança encarecem os produtos e impactam a economia local.





Boas Práticas

- A iniciativa MINGA, promovida pelo BID, foi destacada como um exemplo que combina aproveitamento do saber tradicional local e co-criação com as populações indígenas de propostas de ações mais alinhadas às suas necessidades e realidades;
- O Distrito de Inovação e Bioeconomia de Belém, que usa hubs de inovação para promover a agricultura urbana e periurbana;
- O uso de ferramentas culturais, como rádios comunitárias e podcasts, para informar e engajar populações locais;
- A cooperação técnica do BID com organizações como Conaq, Coica e Idesam para fortalecimento de cadeias produtivas indígenas e quilombolas;
- A realização de estudo pan-amazônico para avaliação do potencial econômico da sociobioeconomia no Brasil e na Colômbia como base para estimular e promover políticas públicas.



Diretrizes para ação

- ↘ Governança de benefícios: contratos e fundos com repartição justa, indicadores socioculturais e participação indígena/quilombola desde a concepção;
- ↘ Hidrovias vivas: planejar logística fluvial sob critérios ecológicos e sociais, com tarifas e serviços que reduzam atravessadores;
- ↘ Ciência aplicada: uso sistemático de geodados para priorizar saneamento e resíduos; institutos locais como proponentes de política;
- ↘ Hubs regionais: descentralizar inovação e empregos para macro-regiões, conectando áreas de transição urbano-rural.



4.2 Infraestrutura Urbana Sustentável nas Amazônias

Este eixo aborda a integração de soluções verdes (como áreas verdes, arborização, parques urbanos, agricultura urbana) e azuis (como gestão de águas pluviais, proteção de corpos d'água, drenagem urbana) adaptadas aos contextos amazônicos. O propósito é compreender como estas soluções podem ser incorporadas às políticas públicas e aos processos de planejamento urbano para promover a resiliência climática e atender às necessidades específicas da região.

Aprendemos que a “infraestrutura”, por si só, não resolve problemas amazônicos se não vier acoplada a educação popular, fortalecimento institucional e escuta qualificada. Escutamos que as cidades precisam de projetos que dialoguem com biomas, povos e modos de vida, urbanismo ribeirinho, quilombola, indígena, e que partam do chão: ouvir sotaques, beber a água, sentir a fumaça das queimadas e o vazio dos rios em estiagens severas. Isso exige diagnósticos participativos, metodologias acessíveis e integração entre universidade, gestão pública e organizações locais, para que obras e serviços se tornem processos de desenvolvimento e não apenas itens de engenharia.

A escuta ressaltou a necessidade de políticas públicas que considerem as especificidades locais e envolvem diferentes setores e níveis de governo. As universidades foram apontadas como importantes parceiras na construção de soluções e na capacitação das comunidades



Participantes

- Lorena Jezini, Diretora Executiva na **OCA Amazônia**, arquiteta urbanista especialista em gestão pública e sustentabilidade
- Ana Cláudia Cardoso, Professora Titular da Universidade Federal do Pará (UFPA), coordenadora do grupo de pesquisa **URBANA/UFPA** e fundadora do Observatório Amazoniçidades
- José Alberto Tostes, Professor Titular da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), mestre em Desenvolvimento Regional na área de Planejamento Urbano Regional
- Neiva Tessinari, Secretária Municipal de Planejamento na Prefeitura de Rio Branco/AC até 2024



“

“As cidades foram colocadas em lugares antes já estrategicamente habitados por povos indígenas.”

40

Ana Cláudia Cardoso, Professora Titular da UFPA,
coordenadora do Grupo de Pesquisa URBANA/UFPA e
fundadora do Observatório Amazonidades







Principais tópicos discutidos

Aspectos que Diferenciam a Região Amazônica

Escutamos que:



Amazônia é composta por muitas 'Amazônias', incluindo metrópoles, como Manaus e Belém, cidades médias e pequenas, vilas e comunidades rurais e ribeirinhas, territórios indígenas e tradicionais e áreas de preservação, cada uma com necessidades específicas de infraestrutura e sentidos próprios de sustentabilidade;



pequenas vilas, cidades alagadas e comunidades na floresta obrigam a repensar o que se denomina o "urbano" na Amazônia, pois os modos de vida urbano e rural coexistem e há um forte laço de pertencimento com as águas e a floresta;



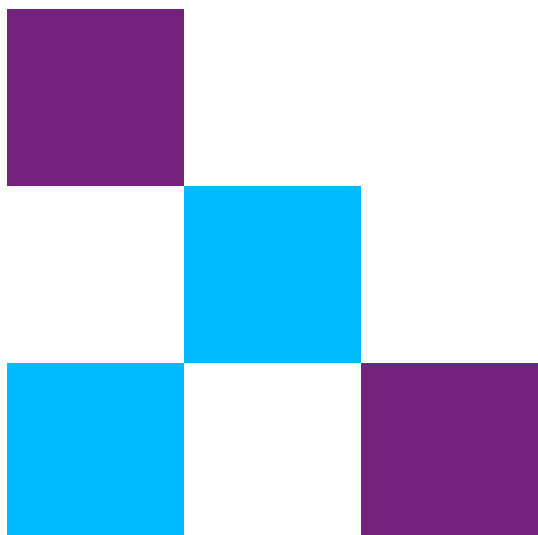
rios e vegetação nativa vêm sendo sistematicamente reprimidos e negados na paisagem urbana, contribuindo para elevar o risco de alagamentos, deslizamentos de terra e formação de ilhas de calor, entre outros eventos;



muitas vezes imposta a partir de lógicas externas e compreensões exógenas do que constitui um 'centro urbano', a infraestrutura das cidades amazônicas não atende adequadamente às realidades locais e faz parecerem obsoletas as percepções locais;



- ↘ as infraestruturas urbanas, muitas vezes precárias, desconsideram a relação com os rios e a floresta, as demandas de comunidades locais e as especificidades regionais, a exemplo da tendência histórica de canalização
- ↘ de igarapés e criação de galerias subterrâneas, que hoje ocasionam uma série de problemas de drenagem urbana;
- ↘ exemplos de cidades ribeirinhas mostram que a integração entre rios e centros urbanos é central para a qualidade de vida e a sustentabilidade e que a lógica de desenvolvimento baseada em padrões exógenos de metrópoles e expansão contínua não se aplica à Amazônia
- ↘ é importante identificar as diferentes tipologias urbanas da Amazônia e entender onde o Estatuto da Cidade não se aplica e onde seria necessário outra visão de Plano Diretor, mais adequado a lidar com os saberes locais, com a natureza e com as mudanças no clima;
- ↘ pequenos núcleos urbanos, áreas periurbanas e vilas devem ser reconhecidos como parte da malha urbana, e pensados para realização do planejamento e acesso.



A Infraestrutura Verde e Azul da Amazônia

Na Amazônia, a população lida com a natureza como uma infraestrutura. Assim, o que denominamos infraestrutura verde e azul na academia e nos círculos de debate sobre urbanismo, é representado na Amazônia pela floresta, os rios e os igarapés.

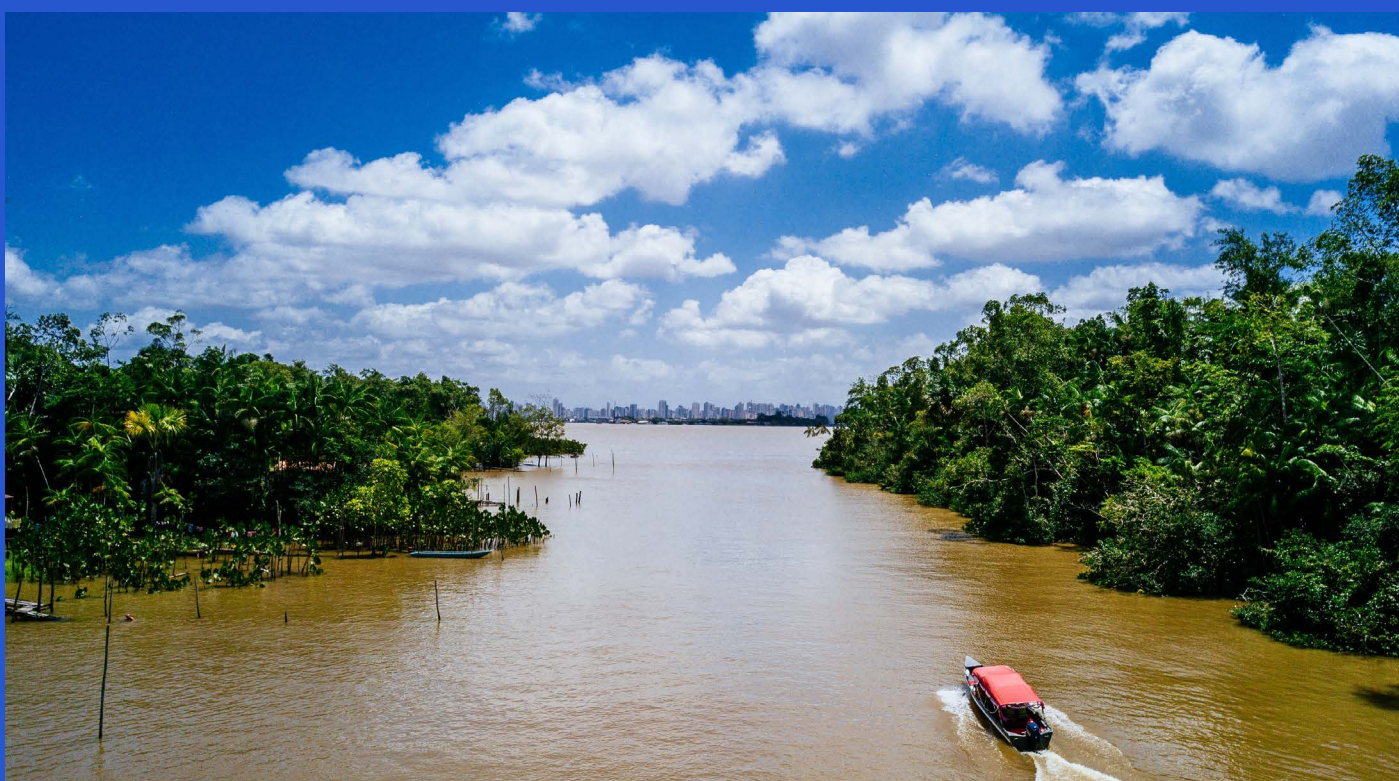
O igapó - floresta alagada - e a várzea são exemplos naturais de como os ciclos hidrológicos atuam no território: ambos funcionam como esponjas, tão em moda no paisagismo urbano mundial. O igapó, após a descida das águas, demonstra sua exuberância e abre espaço para praias e outros ciclos de regeneração natural. A várzea, por sua vez, fornece a terra fértil para o plantio de hortaliças e criação de gado para comunidades rurais e urbanas.

Os grandes rios e igarapés são as infraestruturas azuis que conectam as localidades, também são fonte de alimento e mantêm os ciclos em equilíbrio, inclusive o regime de chuvas da América do Sul. Com as constantes secas ocasionadas pelo aumento da temperatura global, a Amazônia vem passando por uma crise logística e humanitária.



O transporte de bens, pessoas e suprimentos tem sido inviabilizado. Cidades, comunidades e aldeias indígenas ficam isoladas e as pessoas não conseguem se deslocar em busca de atendimento médico e outros serviços essenciais. O preço dos alimentos sobe e em algumas localidades há desabastecimento e fome. Os rios também estão adoecendo, a mineração e o garimpo têm afetado a qualidade de vida da água e das populações locais que dependem dela.

As Soluções Baseadas na Natureza devem buscar recompor e renaturalizar os ambientes urbanos degradados, mas sem se limitarem a modelos importados de outras realidades. Nas pequenas cidades e vilas, SBNs são bem-vindas enquanto soluções leves e que respeitem o ambiente natural. Mas as escutas revelaram que não adianta impor soluções prontas: é necessário ouvir as pessoas, entender como vivem e co-criar soluções sustentáveis de infraestrutura com as comunidades.



Discussão sobre Desenvolvimento Urbano na Amazônia

Escutamos que:

- infraestrutura por si só não resolve os problemas da região;
- são necessários projetos que integrem infraestrutura com educação popular e fortalecimento institucional;
- políticas públicas devem considerar as peculiaridades locais, incluindo biomas, populações tradicionais e comunidades indígenas e quilombolas;
- a infraestrutura deve ser integrada com o sistema de comunidades e organizações;
- planejamento urbano deve considerar a relação histórica das populações amazônicas com os rios e a floresta;
- muitos municípios carecem de planos diretores adequados às realidades amazônicas, o que agrava desigualdades sociais e impactos ambientais;



- instrumentos normativos de política urbana devem ser voltados para o território e não somente para cidade;
- grande parte das cidades amazônicas exige, por sua relação de proximidade com os rios, a elaboração de dois mapas específicos - um para as cheias e um para a seca - para contemplar o planejamento urbano, rural e de floresta;
- muitos municípios amazônicos desconhecem a Agenda 2030;
- problemas relacionados ao abastecimento de água potável, à poluição do ar e à crise hídrica são desafios crescentes para a população.

"É preciso pensar na Amazônia pisando no chão, não pode ser olhando imagens de satélite, alguma coisa etérea só olhando de cima todas aquelas árvores. Tem que pisar no chão, tem que ouvir sotaques. Tem que beber água, tem que respirar a fumaça que a gente está respirando aqui."

Lorena Jezini - Diretora Executiva na OCA Amazônia, arquiteta urbanista especialista em gestão pública e sustentabilidade





Boas Práticas

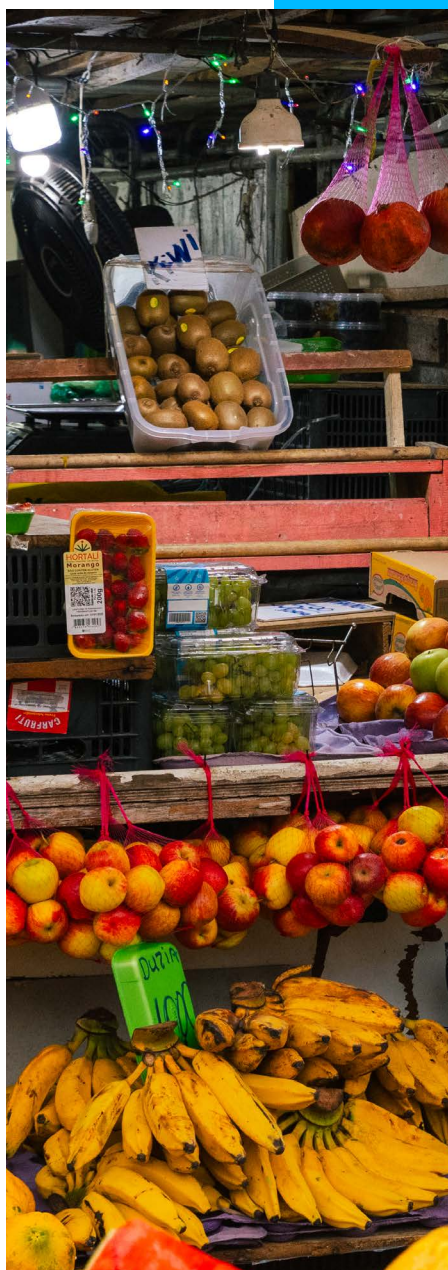
- Gestão comunitária de sistemas de água no Rio Madeira, com modelo de governança descentralizada que pode ser replicado em outras áreas ribeirinhas;
- Iniciativa do Acelerador de Soluções Baseadas na Natureza (SBN), realizado pelo WRI Brasil, de produzir cartilhas e capacitações para gestores municipais sobre SBN;
- Amazonidades - Observatório das Cidades, Vilas e Territórios Amazônicos, uma rede de pesquisas que busca compreender e disseminar conhecimento sobre a complexidade da urbanidade das cidades amazônicas com foco na conexão humana com a natureza;
- Projeto 1001 Dignidades, que oferece habitações sustentáveis em Rio Branco (AC) para famílias impactadas por enchentes com utilização de madeiras apreendidas;
- Plano de Arborização adotado em Rio Branco (AC) com propósito de redução de temperaturas urbanas por meio da ampliação de áreas verdes.



Diretrizes para ação

- Projeto = processo: cada obra deve vir com educação popular, capacitação e fortalecimento comunitário;
- Natureza como infraestrutura: priorizar soluções baseadas na natureza e tipologias habitacionais adaptadas às cheias;
- Diagnóstico vivo: usos de mapeamentos participativos para escolher traçados, materiais e operações.

4.3 Combate à Fome, às Desigualdades e Proteção dos Direitos Socioambientais e Territoriais na Amazônia



Este eixo aborda a interseção entre desenvolvimento urbano sustentável, a redução de desigualdades e a garantia de direitos socioambientais. O objetivo central foi compreender como o desenvolvimento urbano pode atuar como uma ferramenta contra a fome e as desigualdades, promovendo sistemas inclusivos e equitativos, além de refletir sobre a dimensão dos direitos territoriais e sociais das populações locais e aprender sobre as características de sistemas urbanos inclusivos e equitativos.

Aprendemos que o desenvolvimento urbano equilibrado conjuga infraestrutura básica, adaptação climática e respeito às comunidades tradicionais, conectando cidades a sistemas de produção e abastecimento que reforcem segurança alimentar (agricultura urbana e periurbana, compras públicas com produtos regionais, cozinhas comunitárias, cadeias curtas).

Paralelamente, políticas específicas para populações indígenas urbanas devem ter orçamento, estrutura e responsabilização compartilhada entre União, estados e municípios, com foco em demarcação, educação, saúde, assistência e inclusão produtiva sensível à cultura.



Participantes

- Vanessa Duarte, Diretora Executiva do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal
- Suliete Baré, Diretora de Justiça Climática do Ministério dos Povos Indígenas (MPI)
- Amanda Paiva Quaresma, Engenheira Florestal e Consultora Socioambiental



Principais tópicos discutidos

Desenvolvimento Urbano na Amazônia

Escutamos que:



há necessidade de um processo equilibrado de crescimento e organização das cidades e assentamentos urbanos, associando avanço econômico, social e infraestrutura com a preservação ambiental e o respeito às populações locais (indígenas e comunidades tradicionais);



a biodiversidade, a sensibilidade ambiental, a inclusão das populações tradicionais e a bioeconomia/desenvolvimento sustentável são aspectos que distinguem a Amazônia de outras regiões do Brasil;



51,2% da população indígena brasileira está concentrada na Amazônia, mas enfrenta preconceito e exclusão sistêmico nos processos de formulação de políticas públicas e projetos de sustentabilidade;



ausência de implementação adequada de políticas diferenciadas e adequadas às populações indígenas, como educação e cestas básicas;

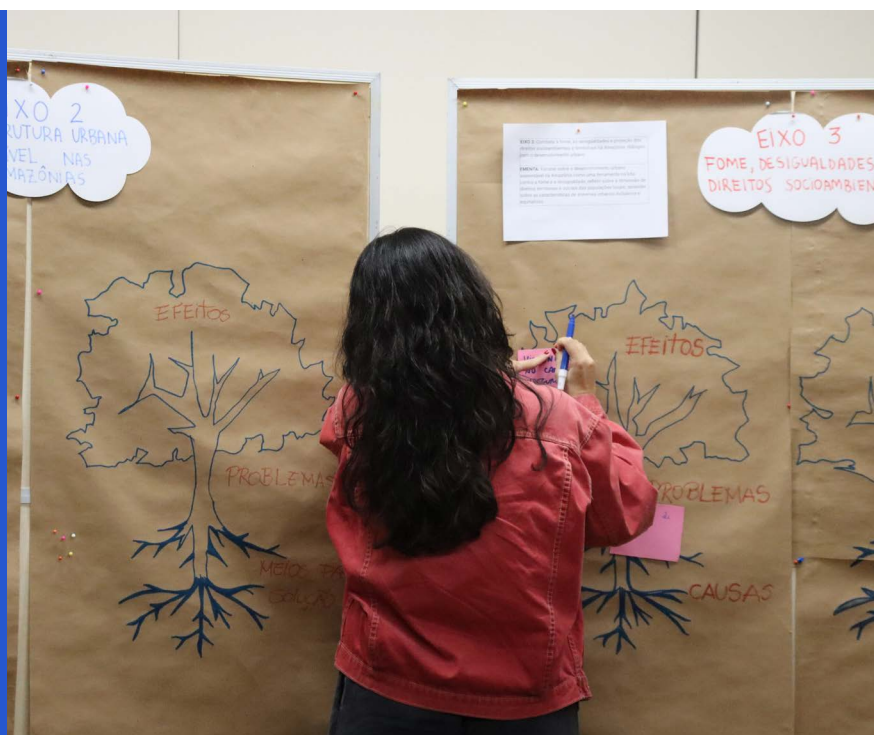


modelo de atendimento de saúde da SESAI para pessoas indígenas torna-se desafiador em contexto urbano; planejamento urbano continua desconectado das reali-

- dados locais, muitas vezes priorizando a implantação de grandes empreendimentos que causam danos ambientais e não melhoram a qualidade de vida das populações periféricas;
- desigualdade urbana é intensificada por projetos que desconsideram o contexto local, como o aterro de rios que leva ao aumento do risco de desastres;
- modelos de infraestrutura centralizam recursos em capitais, ignorando áreas periféricas, periurbanas e rurais, muitas delas mais vulneráveis ao risco de desastres.

"A Amazônia é diversa e múltipla, e precisa de diferentes abordagens."

Myriam Cardoso (UFPA) -
Coordenadora da Clínica de
Direito à Cidade e Acesso à
Justiça/UFPA, Assessora Popular
e Ativista Sociocultural do Boi
Marronzinho



Perspectiva dos Povos Indígenas

Escutamos que:



é preciso refletir sobre o conceito de desenvolvimento urbano e para quem ele serve;



as populações indígenas enfrentam invisibilidade e preconceitos;



os povos indígenas são cruciais para a preservação, uma vez que 80% da população indígena no Brasil vive na Amazônia;



faltam estrutura e orçamento para as políticas públicas destinadas aos povos indígenas;



As administrações estaduais e municipais raramente reconhecem sua responsabilidade com essas populações, especialmente as que vivem em contextos urbanos.

Reconexão e Protagonismo Local

Escutamos que:



há críticas ao desenvolvimento urbano “descontextualizado” da Amazônia, com cidades de costas para os rios e mentalidade de recursos naturais infinitos;



populações periféricas são as mais afetadas pelas mudanças climáticas, mas as últimas a serem atendidas pelas políticas;



povos amazônicos devem ser protagonistas na construção de um desenvolvimento endógeno, que leve em conta o aprendizado com os erros do passado - como os ciclos econômicos baseados no extrativismo - e escale as iniciativas locais.



Boas Práticas

- Orçamento participativo em Belém, que permitiu maior engajamento comunitário em discussões orçamentárias;
- Agricultura periurbana e urbana com adoção de políticas de merenda escolar com produtos regionais, a exemplo do que foi adotado em Belém;
- COP das Baixadas, a iniciativa que propôs modelos alternativos para incluir populações periféricas nas discussões sobre mudanças climáticas;
- Observatório das Baixadas, um instrumento para monitorar e propor políticas públicas voltadas para áreas urbanas vulnerabilizadas;
- Hortas Medicinais em Abaetetuba (PA), com integração de saberes tradicionais aos serviços de saúde pública.



Diretrizes para ação

- ↘ Soberania alimentar urbana: compras públicas regionais, hortas comunitárias, cozinhas solidárias, logística fluvial do alimento;
- ↘ Direitos garantidos: políticas específicas para indígenas em contexto urbano com orçamento e metas pactuadas;
- ↘ Governança do cotidiano: conselhos com poder decisório e participação vinculada a recursos.

4.4 Governança e Participação

Este eixo aborda a governança participativa, buscando identificar como diferentes níveis de governança podem se articular para refletir as necessidades das Amazônias urbanas e rurais. O propósito é compreender os desafios e as potencialidades da inclusão de diversos atores - comunidades tradicionais, governos, setor privado e sociedade civil - na formulação e governança de ações, e a relevância e formas da atuação em coalizão para o desenvolvimento sustentável nas Amazônias.

Aprendemos que que as Amazônias precisam de novos métodos de planejar, que partam da história e da memória das ocupações, que enfrentem a matriz eurocentrada do urbanismo que não reconhece tempos e territórios amazônicos, e que retirem a sociedade civil do lugar de "ouvinte" para torná-la proponente e guardiã dos processos. Isso envolve "desinventar" projetos que produziram vazios sociais, como frentes minerárias abruptas, e instituir práticas de escuta estruturada, avaliação e monitoramento contínuos.

A escuta destacou a urgência de uma abordagem integrada, participativa e adaptada às especificidades amazônicas para construir cidades mais sustentáveis, resilientes e inclusivas na região.





Participantes

- Priscilla Brasil, Arquiteta e Urbanista, Cineasta e Doutoranda no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (Portugal)
- Jorgiene Oliveira, Diretora de Planejamento e Articulação de Políticas - DPLAN – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM)
- Raphael Araújo, Secretário Municipal de Meio Ambiente de Pedra Branca do Amapari/AP e Presidente do Fórum de Secretários Municipais de Meio Ambiente do Estado do Amapá
- Fábio Sampaio, Representante do Município de São Gabriel da Cachoeira/AM

Principais tópicos discutidos

Desenvolvimento Urbano Sustentável na Amazônia

Escutamos que:



é consenso que a Amazônia requer um modelo de desenvolvimento específico por suas características únicas que a diferenciam do restante do Brasil;



o modelo de desenvolvimento específico deve ir além do crescimento econômico e considerar aspectos ambientais, sociais e culturais que garantam os direitos das comunidades tradicionais e preservem a biodiversidade.



Participação e Representatividade

Escutamos que:



falta representatividade real porque, muitas vezes, conselhos e audiências públicas não garantem a efetiva participação de comunidades vulnerabilizadas;



é preciso criar conselhos deliberativos com poder de decisão, realizar reuniões com garantia de acesso às comunidades locais e implementar ouvidorias municipais para garantir o retorno das demandas coletadas;



há protagonismo de lideranças locais na articulação de demandas comunitárias diretamente com o poder público;



há populações esquecidas que enfrentam pobreza e falta de assistência, após terem sido deslocadas para ocupação da Amazônia por projetos como a Transamazônica e atividades de mineração e madeireiras.

Articulação Multissetorial e Interfederativa

Escutamos que:



a centralização de recursos e iniciativas adotadas nem sempre consideram a implementação na ponta, em municípios e territórios;



falta articulação entre programas e políticas nacionais com estratégias de territorialização e adaptação aos contextos locais;



faltam programas de municipalização e os municípios da região têm dificuldade em acessar e executar recursos para projetos;



a seca e outros desafios ambientais têm intensificado o êxodo rural, levando populações indígenas para as cidades em situação de vulnerabilidade, sobrecarregando os serviços públicos;

- 
- articulação entre as esferas de governo (federal, estadual, municipal) é complexa, com conflitos de interesse e disputas políticas dos Estados com as instituições federais, prejudicando a implementação de políticas públicas; organizações e comunidades têm dificuldade em acessar recursos, a exemplo do Fundo Amazônia, devido à falta de capacitação e à burocracia.

Desafios e Prioridades

Escutamos que:

- 
- há críticas ao planejamento urbano e regional historicamente centralizado no Centro-Sul do Brasil, que desconsidera os “tempos amazônicos” e os desejos das comunidades locais;
- 
- métodos de planejamento urbano adotados nos Estados Unidos ou países europeus não contemplam a complexidade da Amazônia;
- 
- a valorização da cultura e a inclusão social são aspectos cruciais, a exemplo de iniciativas como o Plano Integrado do Marajó e Arquipélago de Bailique, que envolvem ampla participação popular;
- 
- muitos municípios na Amazônia enfrentam sérios problemas com lixões a céu aberto e saneamento básico precário, especialmente em áreas ribeirinhas; faltam programas de municipalização e os municípios da região têm dificuldade em acessar e executar recursos para projetos.

“

“Todas as populações amazônicas ainda se acham menos ouvidas do que deveriam na sua complexidade. É claro que as comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais ribeirinhas são fundamentais, mas as comunidades urbanas nunca são escutadas, ou muito pouco.”

Priscila Brasil, Arquiteta e Urbanista, Cineasta
e Doutoranda no Centro de Estudos Sociais da
Universidade de Coimbra (Portugal)



Participação e Representatividade

Escutamos que:

- é importante ouvir verdadeiramente as comunidades, incluindo garimpeiros e madeireiros, para entender suas histórias e desejos;
- é necessário desconstruir a mentalidade de que o desmatamento é um meio para possuir a terra, promovendo a ideia de que a preservação também garante a posse;
- SUDAM procura atuar como ator de articulação, buscando direcionar recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) para municípios prioritários e degradados, além de promover a parceria com os ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Social;
- é importante desenvolver propostas para compensar populações ribeirinhas e extrativistas que preservam a floresta;
- são necessários programas de municipalização e fortalecimento da gestão ambiental, com incentivos e capacitação para que os municípios invistam na gestão ambiental; Planos de Ordenamento e Gestão são ferramentas importantes para preparar os municípios para grandes empreendimentos e para lidar com crises econômicas na fase posterior;
- Conselhos Comunitários fortalecem a coesão social e deve haver incentivos à participação popular em conselhos e orçamentos participativos;
- criar um selo de valorização de produtos locais seria uma iniciativa para valorizar produtos da Amazônia e combater a apropriação indevida por empresas de fora;

- a questão da regularização fundiária é um grande desafio e é preciso discutir legislações para agilizar o processo, com menção ao fundo garantidor do Banco da Amazônia (BASA);
- experiências internacionais podem inspirar iniciativas locais, desde que adaptadas e territorializadas de forma coerente, respeitosa e engajada com as comunidades e ciências locais, observando as necessidades do contexto amazônico, a exemplo do programa de **Agrupamentos de Baldios (AdB)** e do **Programa Nacional para a Valorização dos Territórios Comunitários (PNVTC)**, adotados em Portugal, criados para melhorar a gestão florestal, prevenir incêndios e promover o desenvolvimento sustentável e a conservação dos recursos.





Boas Práticas

- Orçamento participativo em Belém, processo que inclui mobilização comunitária e conferências para decidir o uso de recursos públicos;
- Conferências municipais como estratégias para engajar comunidades em discussões sobre uso de recursos;
- Conselhos municipais em São Gabriel da Cachoeira (AM) citados como exemplo de inclusão de povos indígenas no debate político local;
- Valorização da cultura e a inclusão social em iniciativas como o Plano Integrado do Marajó e Arquipélago de Bailique, que envolvem ampla participação popular;
- Caravana da Cidadania, iniciativa em Abaetetuba (PA) para levar o poder público às comunidades ribeirinhas.



Diretrizes para ação

- ↘ Escuta obrigatória: profissional ou equipe contratada para conduzir escuta qualificada antes de obras/planos;
- ↘ Comunicação como política: ouvidorias ativas, linguagem acessível, massificação das escutas;
- ↘ Finanças para a ponta: fundo garantidor e incentivos para pequenos; não financiar “às cegas”.

4.5 Eixo integrado – Virtual e Presencial durante o G20 Social

As escutas integradas entre todos os eixos foram realizadas em dois momentos: de forma presencial durante o G20, em novembro no Rio de Janeiro, e de forma virtual em dezembro. Os encontros tensionaram um ponto de partida comum aos quatro eixos: não há floresta sem gente e, nas Amazônias, as cidades se organizam pelo pulso das águas e pelos territórios populares das baixadas.

Reconhecer a centralidade das baixadas, onde se entrelaçam crises hídricas, estiagens, alagamentos e vulnerabilidades, significa, ao mesmo tempo, recentrar a governança no protagonismo de quem vive esses territórios e dar materialidade à justiça climática como diretriz transversal de política pública.

As escutas chamaram atenção para que grandes agendas, inclusive a COP, incorporem a vida cotidiana como prioridade, para que “clima” e “urbano” deixem de ser compartimentos estanques na formulação e execução das ações.





Participantes

- Amanda Andrade, Tewá 225
- Ana Lucia Reis, prefeita de Cobija/Bolívia
- Andrew Leal, Cofundador e Coordenador Geral do Observatório das Baixadas
- Anne Karoline Mello, Taberna da Amazônia
- Cristina Vilaça, vice-prefeita de Barcarena/PA
- Daniel Miranda - Coordenador de Relações Institucionais e Projetos da FNP
- Dávila Suellen Souza, Instituto Mamirauá
- Eduardo Tadeu, Diretor Executivo da Associação Brasileira de Municípios (ABM)
- Estefani Segato Fujita, Instituto Mamirauá
- Gabrielle Muniz, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
- Henrique Evers, Gerente de Desenvolvimento Urbano do WRI Brasil
- Isabela Canto, Rede Amazônicas pelo Clima/CANTO Belém
- Jaqueline Damasceno, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)
- João Mattar, Associação Brasileira de Municípios (ABM)
- Julia Mello, Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FNP)
- Kelly Pedro, Advogada
- Letícia Mamedes, Secretária Executiva da Coalizão DUSA/ Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FNP)
- Lucas Nassar - Diretor Geral do Laboratório da Cidade
- Luis Lindau, Diretor do Programa de Cidades do WRI Brasil
- Mariana Trindade, Analista de Política e Governança, Rare Brasil
- Myrian Cardoso, Coordenadora da Clínica de Direito à Cidade e Acesso à Justiça/UFGA, Assessora Popular e Ativista Sociocultural Boi Marronzinho

- Raissa Monteiro, GIZ Brasil
- Raphael Sereni, Secretário de Meio Ambiente de Abaetetuba (PA)
- Rodrigo Fuhr, Associação Brasileira de Municípios (ABM)
- Toni Lindau, Diretor do Programa de Cidades do WRI Brasil
- Vivian Dal’Lin - Analista Sênior de Desenvolvimento Urbano do WRI Brasil
- Yara Martinelli, Associação Brasileira de Municípios (ABM)
- Zenaide Peres, Representante da Sociedade para o Desenvolvimento Comunitário e Qualidade Ambiental – TWM Taurepang, Wapixana e Macuxi



Principais tópicos discutidos

Baixadas como lente territorial do planejamento

Escutamos que:



A Amazônia é quase toda feita de baixadas e que uma parcela expressiva dos desastres climáticos e ambientais decorre de dinâmicas da água, cheias e secas, e das mudanças no uso do solo associadas a esses ciclos;



Não se trata de “consertar” a natureza, mas de planejar com os ritmos do rio: reconhecer a mobilidade das águas como dado estruturante do urbanismo, abandonar soluções de “concretagem” de orlas e igarapés e desenhar infraestruturas e serviços que convivam com cheias/vazantes, em vez de tentar negá-las;



Essa chave territorial também desloca a visão de periferia: “baixada” não é favela clássica; é um tecido com morfologias e precariedades específicas, pedindo regulação, tipologias habitacionais e serviços.



**Do projeto
ao processo:
participação
como método**

Escutamos que:



Política pública eficaz transforma sociedades, e não apenas territórios físicos;



Isso implica abandonar o “projeto-fim” e instituir processos, com escuta qualificada obrigatória antes de qualquer intervenção, diagnósticos participativos que incidam na solução (e não se esgotem em relatórios), e atribuição clara de responsabilidades para que a população seja guardiã do que se implementa;



O gatilho institucional para essa virada de chave está na obrigatoriedade por norma municipal de contratação de profissional/equipe para conduzir a escuta social pré-projeto



Inovação social e políticas paraestatais

Escutamos que:



É necessário valorizar arquiteturas sociais já em curso, prefeitos de rua, brigadas de fogo, redes e coletivos como mecanismos de coesão e execução pública, inclusive acessando fundos com apoio governamental (desenhos de fomento, editais, termos de colaboração);



É possível integrar o paraestatal à engrenagem formal: conselhos deliberativos com diversidade real, comitês populares que dialogam com consórcios municipais e um Observatório das Baixadas com dupla função, monitoramento e incidência;



Em contextos onde “a arrecadação municipal não dá conta do bem viver”, essas redes tornam-se parte da solução, conectando captação de recursos, transparência e controle social.

COP nas cidades: ocupar, comunicar, aprender

Escutamos que:



“Ocupar a COP” a partir das periferias é uma proposta de legado estratégico das escutas, com a Yellow Zone abrindo espaço para a presença organizada das baixadas nas zonas oficiais do evento, aproximando debates, produtos e territórios, e evitando que grandes convenções repitam o erro de falar de clima sem falar de gente;

O Observatório das Baixadas foi indicado como plataforma para dar visibilidade e medir impactos (vozes, dados, casos) antes, durante e depois da COP30;

É preciso tratar comunicação como política pública: reduzir assimetrias de informação, traduzir linguagem técnica, apresentar projetos e seus legados e criar demanda social, condição para que propostas virem políticas.



As diferenças intra-amazônicas

Escutamos que:



A coexistência de “muitas Amazônia” impõe desafios singulares;



Críticas à imposição de ferramentas externas ilustram os atritos entre políticas padrão e ecologias locais, inclusive com relatos de efeitos adversos à saúde;



Há uma fragilidade crônica na continuidade de políticas públicas para povos indígenas, com sucessivas interrupções a cada troca de gestão;



Planejar para a Amazônia é respeitar cosmovisões, modos de manejo e arranjos próprios de organização social.

Conectar o verde ao “vermelho”: renda, serviços, vida cotidiana

Escutamos que:



A pergunta “Como vou pensar verde se eu vivo no vermelho?” sintetiza a exigência de alinhar soluções verdes e azuis à renda, moradia digna, alimentação e serviços de base;



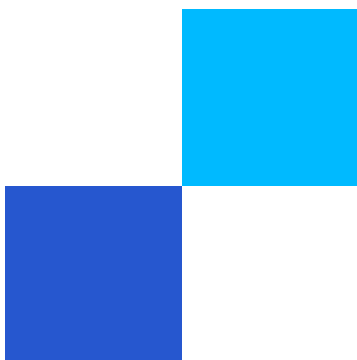
Exemplos simples traduzem caminhos: resíduos com valor econômico (como a cadeia da latinha) geram comportamentos e políticas distintas dos plásticos sem valor, indicando que precificar, rastrear e remunerar cadeias populares é estratégia de mudança;



A interlocução entre academia e território também precisa se popularizar (música, rádio, ferramentas de uso público), e o equilíbrio de direitos (ambiental, habitação, alimentação) deve orientar os arranjos;



A diversidade de soluções comunitárias e populares já em prática é a regra, não a exceção.



Justiça climática como costura dos eixos

Escutamos que:



A justiça climática é o conceito que conecta infraestrutura, governança, sociobioeconomia e combate às desigualdades, colocando as baixadas no centro das estratégias de adaptação e resiliência;



Na prática, trata-se de territorializar políticas de clima por meio de arranjos institucionais e sociais que façam sentido para cada cidade, microrregião e povo.



Boas Práticas

- COP das Baixadas: Iniciativa que propôs modelos alternativos para incluir populações periféricas nas discussões sobre mudanças climáticas;
- Observatório das Baixadas: Instrumento para monitorar e propor políticas públicas voltadas para áreas mais vulneráveis.



Diretrizes para ação



Yellow Zone/COP: instituir zona de participação das periferias nas áreas oficiais do evento, com programação, logística e curadoria comunitária;



Observatório das Baixadas: plataforma de monitoramento e incidência com dados, relatos e avaliação de políticas; operação antes/durante/depois da COP30;



Escuta obrigatória pré-projeto: norma municipal para contratar equipe de facilitação social e realizar diagnóstico participativo vinculante;

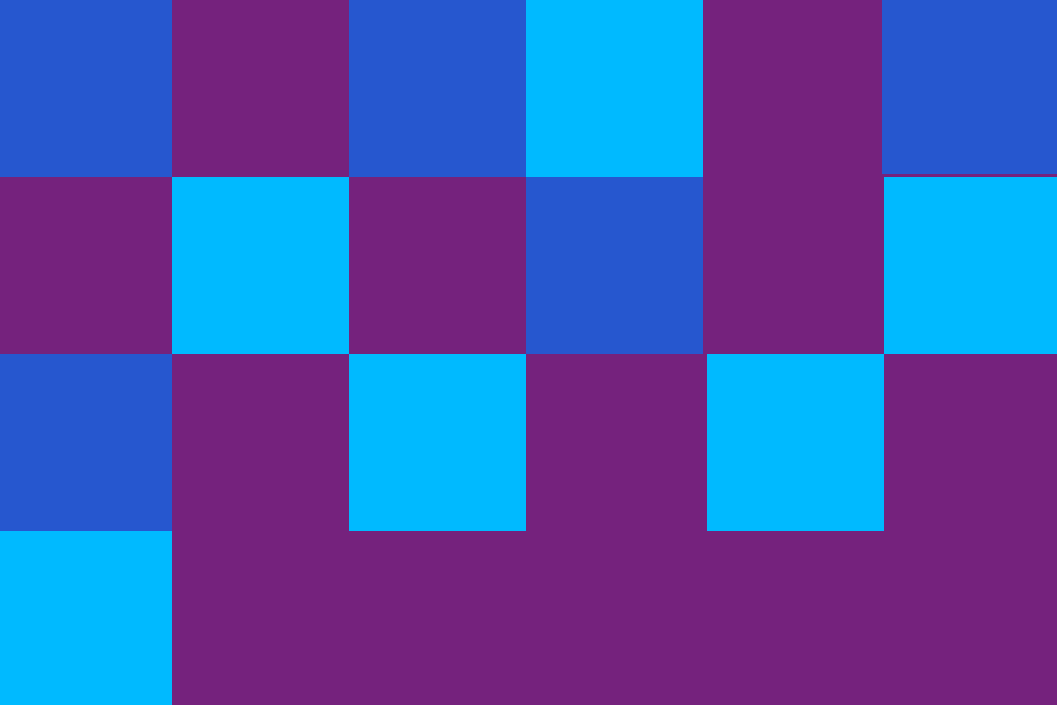
- ↘ Governança paraestatal integrada: reconhecer e financiar prefeitos de rua, brigadas, comitês populares; acesso direto a fundos com apoio técnico;
- ↘ Políticas por baixada: tipologias habitacionais adaptadas, drenagem ecológica, serviços e regulação específicos para morfologias locais;
- ↘ Economia do cotidiano: criar valor e logística para cadeias populares (reciclagem, alimentos), conectando o clima à renda e à segurança alimentar.



O Papel das Redes

Ao longo das Escutas Amazônicas, destacou-se um ponto claro de consenso entre os participantes dos diferentes eixos temáticos: a importância de redes como a Coalizão DUSA no território. Esse consenso ressaltou a necessidade de promover uma transição de um modelo de "escuta" para um modelo de "diálogo" e que iniciativas em rede surjam desse diálogo, e não de processos fechados e distantes das realidades locais.

Como contribuição para uma atuação eficaz em rede, ouvimos que é importante valorizar as inovações e os conhecimentos gerados dentro da própria Amazônia, sem buscar sempre soluções externas. Esse processo envolve entender inovações que vêm de dentro para fora e como elas podem ser incorporadas às políticas públicas, especialmente para facilitar a comercialização de produtos das comunidades rurais para os centros urbanos.



05.

**Encontro de
Prefeitas e Prefeitos
da Amazônia Legal
Caminhos para a COP30**

Realizado em Belém (PA), nos dias 23 e 24 de abril de 2025, o Encontro de Prefeitos e Prefeitas da Amazônia Legal (EPPAM COP30) reuniu mais de 30 representantes de governos municipais da Amazônia Legal, entre prefeitos, prefeitas, vice-prefeitos, vice-prefeitas e gestores municipais, além de representantes de instituições parceiras nacionais e internacionais. O encontro teve como objetivo definir, de forma articulada, os temas estratégicos e as ações prioritárias a serem levadas pelas cidades amazônicas à Conferência do Clima de 2025, reforçando o protagonismo municipal e a cooperação federativa na agenda climática.

Temas Prioritários de Prefeitas e Prefeitos Amazônidas

- Financiamento climático;
- Gestão de resíduos sólidos;
- Capacitação técnica para os municípios;
- Articulação política e legislativa.

Durante o encontro final, em Belém, os resultados foram apresentados, debatidos e legitimados pelas lideranças locais da Amazônia Legal, reforçando seu potencial como base para a construção de um posicionamento conjunto a ser levado à COP-30. Esse documento reúne as reivindicações das cidades amazônicas como agentes estratégicos para o avanço das agendas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.



Lista de prefeitos e autoridades presentes no encontro:

Adriana Andrade, prefeita de Rondon do Pará/PA

Célio Marcos, prefeito de Cumaru do Norte/PA

David Almeida, prefeito de Manaus/AM

Fillipe Marreca, prefeito de Itapecuru-Mirim/MA

Francineti Carvalho, prefeita de Abaetetuba/PA

Hamilton Brito, prefeito de Curuçá/PA

Igor Normando, prefeito de Belém/PA

Josemira Gadelha, prefeita de Canaã dos Carajás/PA

Luziane Solon, prefeita de Benevides/PA

Maxsuel Maia, prefeito de Xapuri/AC

Renato Ogawa, prefeito de Barcarena/PA

Rubens Teixeira, prefeito de Moju/PA

Sebastião Bocalom, prefeito de Rio Branco/AC

Toni Cunha, prefeito de Marabá/PA

Zé Maria Tapajós, prefeito de Santarém/PA

Alvaro Oliveira, vice-prefeito de Bonito/PA

Claudinha, vice-prefeita de Tucuruí/PA

Cristina Vilaça, vice-prefeita de Barcarena/PA

Eliane Falcão, vice-prefeita de São Gabriel da Cachoeira

Gelziclene Nogueira, vice-prefeita de Augusto Corrêa/PA

Marcelo Zeitoune, vice-prefeito de Boa Vista/RR

Alessandra Lima, Representante da Prefeitura de Altamira/PA

André Godinho, Secretário Extraordinário para COP30 da Prefeitura de Belém/PA

Antônio Pereira Guimarães, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Saneamento e Turismo da Prefeitura de Xinguará/PA

Isac Cunha, Presidente da Fundação de Meio Ambiente de Palmas/TO

Janeth Reis, Coordenadora de Relações Institucionais da Prefeitura de Parauapebas/PA

Leandro Martins, Secretário de Planejamento da Prefeitura de Cáceres/MT

Vinicius Lançone, Secretário de Meio Ambiente de Tangará da Serra/MT

Adalberto Maluf, Secretário Nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)

Bettina Cadenbach, Embaixadora da Alemanha no Brasil

Bruna Cerqueira, Coordenadora da Agenda de Ação na Presidência da COP30

Caroline Frasson, Diretora de Políticas Públicas da LACLI-MA

Claudia Ferraz, Superintendente do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM)

Guilherme Gonçalves, Coordenador Sênior no GOPA/GIZ

Hélinah Cardoso, Coordenadora para América Latina no Pacto Global de Prefeitos pelo Clima e Energia (GCoM)

Lara Caccia, Coordenadora de Adaptação Urbana no WRI Brasil

Lucas Nassar, Diretor Geral do Laboratório da Cidade

Márcio Macedo, Ministro de Estado da Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR)

Marcos Woortmann, Diretor Adjunto do Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS)

Mariana Trindade, Política e Governança na Rare Brasil

Mauricio Guerra, Diretor de Departamento de Meio Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)

Maurílio Pedrosa, Representante da SRI/PR

Paulo Rocha, Superintendente na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM)

Rodrigo Corradi, Secretário Executivo ICLEI Brasil

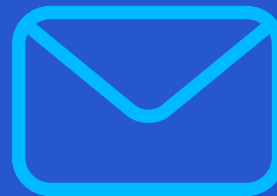
Sarah Habersack, Diretora de Transformação Urbana na GIZ Brasil

Rogério Gutierrez, Coordenador do Projeto ANDUS na GIZ Brasil

Tais Furtado, Representante do Ministério das Cidades (MCID)

Vanessa Grazziotin, Direta Executiva da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)

Carta de Posicionamento das Prefeitas e Prefeitos da CCA, no exercício de seus mandatos



[Leia Aqui](#)



A Comissão Permanente de Cidades Amazônicas (CCA)

A Comissão Permanente de Cidades Amazônicas (CCA) foi criada em novembro de 2023 a partir de um processo de escuta com prefeitas e prefeitos de cidades amazônicas, promovido pelo WRI Brasil e pela Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FNP). Esse processo mapeou os principais entraves enfrentados e os caminhos possíveis para avançar em direção a um modelo de desenvolvimento sustentável que garanta a qualidade de vida das pessoas e a conservação da floresta em pé.

Entre as demandas identificadas estava a criação de uma instância de articulação entre prefeitas e prefeitos amazônidas. A CCA, instituída pela Portaria nº 3 de 21 de março de 2024, é uma iniciativa da FNP e atua no âmbito da Coalizão para o Desenvolvimento Urbano Sustentável da Amazônia.

[Acesse aqui a composição da Comissão de Cidades Amazônicas](#)

Ações Prioritárias

Fortalecer a Gestão Compartilhada de Resíduos Sólidos	Promover a formação de consórcios intermunicipais para a gestão integrada de resíduos sólidos, com base na Lei nº 11.107/2005 (Lei dos Consórcios Públicos), estimulando soluções conjuntas entre os municípios da Amazônia Legal.	Oferecer assistência técnica para elaboração e implementação de soluções de gestão de resíduos, com foco especial no manejo de resíduos orgânicos e em tecnologias sustentáveis adaptadas à realidade de cada território
Fortalecer a Capacitação Técnica e o Acesso a Financiamento Climático	Desenvolver programas de capacitação técnica voltados a gestores municipais, com foco em financiamento climático, elaboração de projetos e acesso a editais nacionais e internacionais.	Priorizar municípios com baixa capacidade de pagamento e alta vulnerabilidade climática nas políticas federais de apoio e financiamento, garantindo critérios diferenciados de acesso e contrapartidas proporcionais.
Ampliar o Acesso a Bancos e Agências de Fomento Regionais	Consolidar o Banco da Amazônia e demais agências de fomento regionais como instrumentos eficazes de financiamento público, priorizando o apoio direto a projetos municipais de desenvolvimento urbano sustentável.	Simplificar o acesso a linhas de crédito e recursos específicos, com mecanismos desburocratizados e suporte técnico que ampliem a capacidade dos municípios da Amazônia Legal de planejar e implementar projetos sustentáveis.
Articular com o Poder Legislativo sobre o Fator Amazônico nas Políticas Públicas Nacionais	Acompanhar e apoiar a tramitação do PL 1660/2024 e outras propostas legislativas que reconheçam o fator amazônico — termo que se refere aos custos adicionais de ação, logística e planejamento enfrentados por governos, empresas e instituições na execução de iniciativas na região.	
Articulação político-técnica com o Fundo Amazônia	Ampliar o acesso direto dos municípios ao Fundo Amazônia, por meio de articulação entre governos locais, gestores do Fundo e Governo Federal, destinando parcela dos recursos exclusivamente a projetos municipais de desenvolvimento urbano sustentável.	

Reflexões e próximos passos



As Escutas Amazônicas mapearam desafios e potencialidades do desenvolvimento urbano sustentável nas Amazônias, a partir de uma escuta plural e participativa. O processo não se limitou a ouvir — buscou transformar vozes em caminhos concretos, conectando políticas, práticas e saberes locais.

A diversidade de atores e territórios reafirmou que a Amazônia é múltipla: são muitas Amazônias, interligadas por águas, florestas, cidades e modos de vida que pedem soluções próprias, inclusivas e territorialmente sensíveis. O desenvolvimento urbano sustentável na região deve nascer da escuta e da cooperação entre governos, comunidades, academia e sociedade civil, reconhecendo o valor das ciências e experiências locais como base para políticas públicas e ações climáticas.

Engajamento em números



Mais de **15 horas** de conteúdo discutido em cinco encontros temáticos (sendo um presencial);



Participação de **26 convidados**, entre representantes de universidades, governos, organizações da sociedade civil e movimentos sociais;



Documentos de relatoria, totalizando cerca de **50 páginas**, sistematizando contribuições e encaminhamentos de cada eixo;



Engajamento direto com cerca de **25 prefeitas, prefeitos, vice-prefeitas, vice-prefeitos e diversos gestores municipais**, durante o encontro final em abril de 2025, em Belém, configurando um momento de escuta ativa e validação coletiva dos conteúdos sistematizados ao longo das escutas;



Fortalecimento do vínculo entre instituições amazônicas e redes nacionais e internacionais, promovendo o reconhecimento do conhecimento produzido no território.

Os aprendizados das Escutas seguem orientando a atuação da Coalizão DUSA e da Comissão Permanente de Cidades Amazônicas (CCA), fortalecendo o protagonismo municipal e o diálogo em rede.

Mas este não é um ponto final — é um convite

As Escutas não se encerram com esta publicação: elas seguem vivas nas trocas, reflexões e colaborações que podem surgir a partir daqui.

Participe do Fórum “Amazônia Urbana em Diálogo”

Aponte o celular para o QR Code e venha participar do espaço interativo da Coalizão DUSA. Queremos seguir escutando, aprendendo e construindo coletivamente o futuro urbano da Amazônia.

Compartilhe suas ideias, experiências e perguntas. A escuta continua — e ela precisa de você.



Agradecimentos

A Coalizão DUSA e todos os envolvidos na 1ª edição das Escutas Amazônicas agradecem imensamente a valiosa contribuição de todos os participantes e instituições parceiras, que tornaram esta publicação possível.

Agradecemos especialmente aos participantes dos eixos temáticos e políticos das Escutas:

Amanda Paiva Quaresma (Consultora Socioambiental)

Ana Cláudia Cardoso (Universidade Federal do Pará - UFPA, URBANA/ UFPA, Observatório Amazonidades)

Ana Lucia Reis (Prefeita de Cobija/Bolívia)

Andrew Leal (Observatório das Baixadas)

Anne Karoline Mello (Taberna da Amazônia)

Cristina Vilaça (Vice-Prefeita de Barcarena/PA)

Cristine Rescarolli (Amazônia B)

Daniel Miranda (Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos)

Dávila Suellen Souza (Instituto Mamirauá)

Eduardo Tadeu (Associação Brasileira de Municípios - ABM)

Ellen Acioli (Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID)

Estefani Segato Fujita (Instituto Mamirauá)

Fábio Sampaio (Prefeitura de São Gabriel da Cachoeira/ AM)

Henrique Evers (WRI Brasil)

Isabela Canto (Rede Amazônidas pelo Clima/CANTO Belém)

Jaqueline Damasceno (Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB)

Jorge Porto (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA)

Jorgiene Oliveira (Superintendência do Desenvolvimento

da Amazônia - SUDAM)

José Alberto Tostes (Universidade Federal do Amapá - UNIFAP)

Kelly Pedro (Advogada)

Lorena Jezini (OCA Amazônia)

Lucas Nassar (Laboratório da Cidade)

Myrian Cardoso, Coordenadora da Clínica de Direito à Cidade e Acesso à Justiça/UFGA, Assessora Popular e Ativista Sociocultural Boi Marronzinho.

Neiva Tessinari (Prefeitura de Rio Branco/AC)

Priscilla Brasil (Arquiteta e Urbanista)

Raphael Araújo (Prefeitura de Pedra Branca do Amapari/AP; Fórum de Secretários Municipais de Meio Ambiente do Estado do Amapá)

Raphael Sereni (Prefeitura de Abaetetuba/PA)

Suliete Baré (Ministério dos Povos Indígenas - MPI)

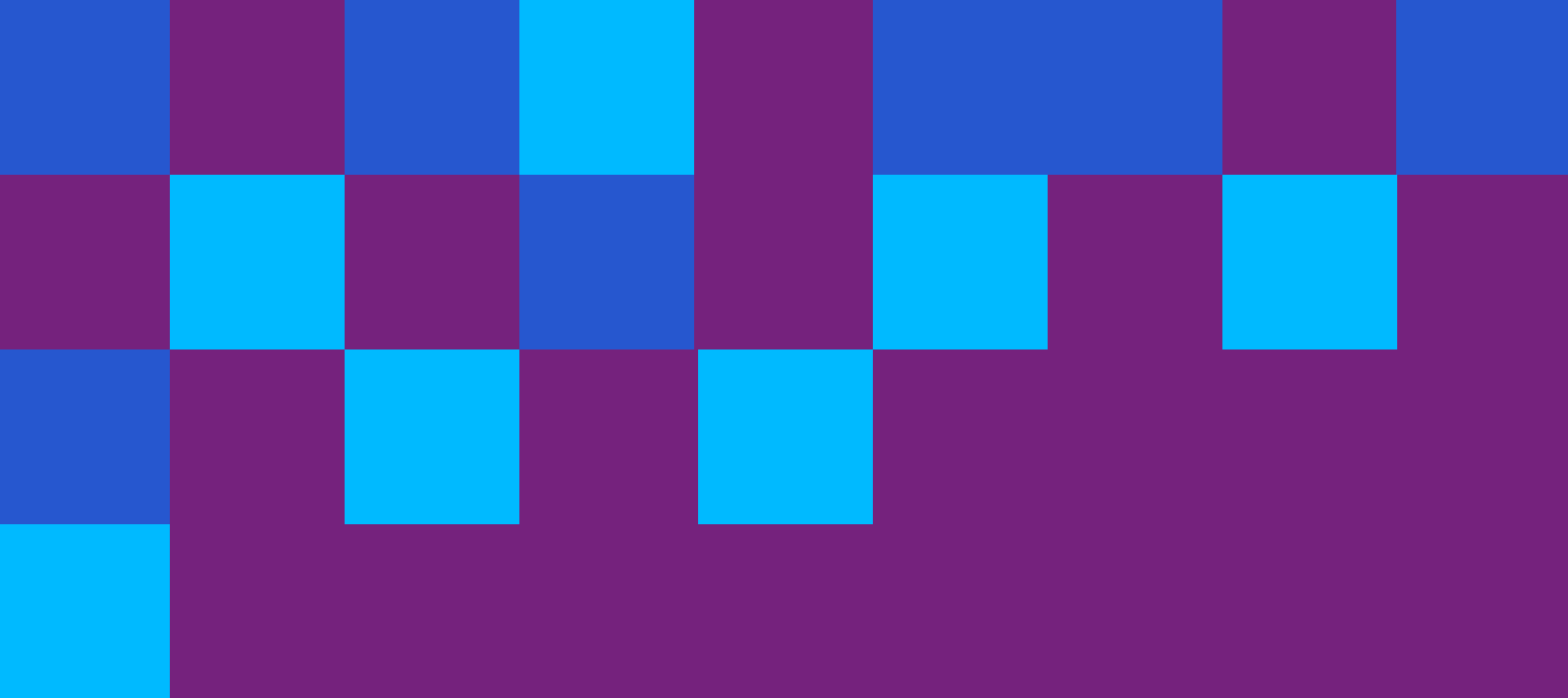
Toni Lindau (WRI Brasil)

Vanessa Duarte (Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal)

Vivian Dal'Lin (WRI Brasil)

Zenaide Peres, Representante da Sociedade para o Desenvolvimento Comunitário e Qualidade Ambiental – TWM Taurepang, Wapixana e Macuxi





Coalizão *para o*
Desenvolvimento
Urbano Sustentável
da Amazônia



Escutas
Amazônicas